

**FACULDADE DE DIREITO DE IPATINGA**

**RELATÓRIO INTEGRAL DE AUTOAVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**

***COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL-  
CPA***

**Mantenedora:**

Fundação Presidente Antônio Carlos

**Mantida:**

Faculdade de Direito de Ipatinga

**Ipatinga – MG  
Ciclo 2013 – 2014**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	<b>4</b>
<b>3. AUTOAVALIAÇÃO CICLO 2013/2014</b> .....	<b>8</b>
3.1 AÇÕES REALIZADAS .....	<b>8</b>
<b>4. LEVANTAMENTOS REALIZADOS EM 2014</b> .....	<b>9</b>
4.1. EIXO I - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	<b>9</b>
4.1.1. RELATO INSTITUCIONAL .....	<b>9</b>
4.1.1.1. BREVE HISTÓRICO DA IES .....	<b>9</b>
4.1.1.2. CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO... 9	
4.1.1.3. PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO .....	<b>10</b>
4.1.1.4. DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO.....	<b>13</b>
4.1.1.5. PLANO MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS.....	<b>14</b>
4.1.1.6. PROCESSOS DE GESTÃO .....	<b>15</b>
4.1.1.7. DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL .....	<b>16</b>
4.1.2. 8ª DIMENSÃO: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	<b>31</b>
4.2- EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	<b>354</b>
4.2.1- 1ª DIMENSÃO: A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	<b>354</b>
4.2.2- 3ª DIMENSÃO: A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO. ....	<b>411</b>
4.3- EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS .....	<b>436</b>
4.3.1- 2ª DIMENSÃO: A POLÍTICA PARA O ENSINO. ....	<b>466</b>
4.3.2- 4ª DIMENSÃO: A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE .....	<b>49</b>
4.3.3- 9ª DIMENSÃO: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES .....	<b>522</b>
4.4 – EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO .....	<b>62</b>
4.4.1- 5ª DIMENSÃO: AS POLÍTICAS DE PESSOAL .....	<b>62</b>
4.4.2- 6ª DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO. ....	<b>66</b>
4.4.3. 10ª DIMENSÃO: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	<b>68</b>
4.5. EIXO 5 – INFRAESTRUTURA.....	<b>69</b>
4.5.1. 7ª DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA. ....	<b>69</b>
<b>5- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>76</b>
ANEXO I: GRÁFICOS DA AVALIAÇÃO ON-LINE (QUESTÕES OBJETIVAS) .....	<b>76</b>
ANEXO II: CONSOLIDAÇÃO DAS QUESTÕES OBJETIVAS E ABERTAS:.....	<b>83</b>
ANEXO III: DIAGNÓSTICO .....	<b>83</b>
ANEXO IV: PESQUISA COM EGRESSOS .....	<b>87</b>
ANEXO V: CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO .....	<b>88</b>

**FACULDADE DE DIREITO DE IPATINGA**  
**RELATÓRIO FINAL INTEGRAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2013**

## **1. INTRODUÇÃO**

A Faculdade de Direito de Ipatinga-FADIPA considera a autoavaliação como um instrumento importante no processo de busca pela melhoria da qualidade de ensino e institucional. Na Instituição, a avaliação é vista como um sistema democrático em que alunos, professores e administração contribuem na orientação das decisões necessárias ao seu bom funcionamento.

Em 2010, com o processo de migração para o Sistema Federal, foi instituída a Comissão Própria de Avaliação – CPA que vem trabalhando com empenho para o fortalecimento do processo de autoavaliação para que esta continue sendo utilizada como instrumento para uma gestão democrática, legítima e transparente.

Em 2010 e 2012 foi realizado pela CPA o primeiro ciclo avaliativo da IES. No ano de 2013, iniciou-se o segundo ciclo avaliativo 2013/2014.

O intuito é buscar uma melhoria permanente da IES tendo em vista as nuances do sistema avaliativo federal, buscando alcançar melhores índices avaliativos nas avaliações internas e externas.

Este Relatório é integral, compreende o ciclo avaliativo 2013/2014. Foi concebido e produzido antes da publicação das Notas Técnicas INEP/DAES/CONAES nº 062/2014 e nº 065 /2014, as quais chegaram ao conhecimento desta IES em novembro/2014, período que coincidiu com o encerramento das atividades do semestre letivo. O Relatório estava praticamente finalizado e tais publicações demandaram algumas adaptações de forma a contemplar as exigências legais. Entretanto, outros ajustes quanto à ordem das informações, conforme proposta nas Notas Técnicas referenciadas, serão implementados no próximo relatório de Autoavaliação Institucional.

## I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

**Nome da Instituição:** Faculdade de Direito de Ipatinga

**Caracterização de IES:** Instituição Privada sem fins lucrativos – Faculdade

**Município:** Ipatinga

**Estado:** Minas Gerais

Membro da CPA	Nome	Cargo na CPA	Cargo Institucional/Ocupação
Representantes do corpo docente	Maria Emília Souza	Coordenadora	Professora
	Terezinha do Carmo Schwenck	Representante do corpo docente	Professora
Representantes do corpo discente	Geraldo Jaci Alves de Oliveira	Representante do corpo discente	Curso: Direito Período: 9º
	Paulo Roberto Silva	Representante do corpo discente	Curso: Direito Período: 7º
Representantes do corpo administrativo	Regina Celia Coelho	Vice-coordenadora	Secretária
	Ubaldo Consentino de Oliveira	Representante do corpo administrativo	Gerente de CPD
Representantes da sociedade civil organizada	Silvestre Antonio Ferreira	Representante da sociedade organizada civil	Advogado(autônomo)
	Mauro Oscar Soares Souza Lima	Representante da sociedade organizada civil	Médico-Fundação São Francisco Xavier

## 2. METODOLOGIA

Para a realização da Autoavaliação Institucional da Faculdade de Direito de Ipatinga, todos os segmentos se envolvem no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos do curso, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade, também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade.

Assim, a Avaliação Institucional na Faculdade consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as mais diversas atividades da IES, durante todo o seu desenvolvimento e ocorrerá em dois momentos:

- I. Avaliação do docente por componente curricular (semestralmente); e
- II. Avaliação Institucional Geral (de três em três anos, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada).

A coleta de informações, para diagnóstico e estudo da realidade institucional, é viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (questionário) cujos dados, sempre atualizados, servirão como subsídios para o processo de Avaliação Institucional. Os questionários serão respondidos pelo corpo Docente e Discente. As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento são construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis. No momento existe um conjunto classificado e organizado da seguinte forma:

#### Ensino de Graduação e Pós-graduação

- I. Procura por curso;
- II. Matrícula no curso;
- III. Evasão no curso;
- IV. Frequência no curso;
- V. Qualidade do corpo docente; e
- VI. Qualidade das aulas.

#### Extensão e Atividades Complementares

- I. Alunos participantes em programas ou projetos de extensão;
- II. Quantidade de cursos de extensão oferecidos;
- III. Quantidade de cursos de extensão realizados;
- IV. Quantidade de atividades abertas à comunidade não acadêmica;
- V. Quantidade de eventos culturais realizados;
- VI. Diversidade de atividades complementares oferecidas aos alunos;
- VII. Qualidade da estrutura para o apoio, fomento e acompanhamento da extensão;

VIII. Quantidade de convênios e parcerias existentes para a inserção dos alunos na comunidade.

#### Avaliações Externas

- I. Quantidade de conceitos satisfatórios nos processos de reconhecimento de cursos;
- II. Qualidade da imagem institucional favorável na sociedade; e
- III. Qualidade da imagem institucional favorável entre os ex-alunos.

#### Corpo Docente

- I. Quantidade de professores que participam na extensão e das atividades complementares;
- II. Quantidade de professores que participam em programas de capacitação ou estudos de aperfeiçoamento;
- III. Quantidade de professores avaliados positivamente pelos alunos;
- IV. Quantidade de professores avaliados positivamente pela Coordenação;
- V. Quantidade de professores que publicaram livros;
- VI. Quantidade de professores que publicaram artigos em revistas, anais e/ou periódicos científicos interno-externos; e
- VII. Quantidade de professores que ministram aulas na pós-graduação.

#### Infraestrutura Física

- I. Instalações da Biblioteca;
- II. Acervo e demais materiais de trabalho disponíveis na Biblioteca;
- III. Qualidade e quantidade das salas de aulas;
- IV. Qualidade dos laboratórios;
- V. Quantidade de laboratórios;
- VI. Qualidade dos recursos de informática;
- VII. Quantidade de equipamentos de informática;
- VIII. Qualidade do sistema de informatização institucional;
- IX. Qualidade do sistema de informatização destinado aos alunos;
- X. Quantidade de recursos audiovisuais;
- XI. Qualidade das instalações para a administração geral da IES;
- XII. Qualidade dos sanitários;

- XIII. Quantidade de sanitários;
- XIV. Qualidade da área de lazer;
- XV. Adequação das instalações para portadores de necessidades especiais;
- XVI. Qualidade dos recursos audiovisuais;
- XVII. Qualidade e quantidade das instalações para as estruturas de apoio à extensão e ao estágio;
- XVIII. Qualidade do espaço e recursos de apoio ao trabalho dos docentes;
- XIX. Qualidade da limpeza;
- XX. Qualidade da iluminação;
- XXI. Qualidade da segurança; e
- XXII. Qualidade da ventilação no espaço de utilização permanente.

A partir de 2013, a coleta e análise de dados acontecem sistematicamente a cada dois anos. A Avaliação para diagnóstico global é feita a partir da visão discente e docente, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas do curso, detectando pontos de excelência e carência. Assim sendo, a Avaliação quer indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

A cada período da avaliação, é organizada uma campanha motivadora para que os alunos, professores e funcionários respondam às pesquisas. A Comissão Própria de Avaliação organiza as campanhas de avaliação, com o auxílio do Diretor, Coordenador de Curso e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Cada aluno preencherá um documento contendo as questões referentes às disciplinas nas quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliação de todos os segmentos. A pesquisa na modalidade da amostragem terá como percentual representativo 20% do número de alunos de cada

classe. Estes alunos serão sorteados aleatoriamente buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

### **3. AUTOAVALIAÇÃO CICLO 2013/2014**

Considerando que a Autoavaliação é um processo contínuo, a CPA da Faculdade iniciou os trabalhos do novo ciclo avaliativo em 2013, conforme o cronograma traçado no novo Projeto de Autoavaliação Institucional. Para dar início a ao novo ciclo avaliativo, a CPA lançou mão das ações programadas constantes do citado Projeto, realizando aquelas que estão no item 3 deste relatório.

#### **3.1 AÇÕES REALIZADAS**

Para a elaboração deste Relatório, já foram realizadas as seguintes ações de acordo com Projeto de Autoavaliação Institucional da Faculdade, a saber: análise documental; análise de organograma, de regulamentos internos e de outros instrumentos normativos da IES; reuniões para análise e discussão do PDI; formação de grupos focais; reuniões para discussão do novo Projeto de Autoavaliação; atualização dos instrumentos de autoavaliação; sensibilização da comunidade acadêmica para iniciar ao novo ciclo avaliativo por meio de seminários e reuniões com os diversos setores da Faculdade; aplicação dos questionários à comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos-administrativos); entrevistas com os setores; verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a comunidade acadêmica; reuniões técnicas setoriais para levantamento da infraestrutura física e tecnológica existente e análise para a identificação de sua adequação à estrutura de oferta; divulgação interna das etapas do processo de avaliação já realizado e de seus resultados; elaboração do relatório parcial; levantamento de dados das avaliações anteriores que foram incorporados ao planejamento institucional; verificação da execução das ações planejadas; levantamento de dados na secretaria; levantamento das formas de participação

efetiva dos estudantes e professores em eventos internos e externos; avaliação da situação da IES quanto a sua sustentabilidade financeira.

## **4. LEVANTAMENTOS REALIZADOS EM 2014**

### **4.1. EIXO I - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

#### **4.1.1. Relato Institucional**

##### **4.1.1.1. Breve histórico da IES**

A Faculdade de Direito de Ipatinga é uma instituição particular sem fins lucrativos. Está situada na cidade de Ipatinga, Minas Gerais. Em 2014 ofereceu o(s) Curso(s) de: Direito, contando com cerca de 1198 alunos matriculados.

##### **4.1.1.2. Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso:**

A Faculdade obteve os seguintes conceitos nas avaliações realizadas pelo MEC, no período de 2010 a 2013 e ENADE realizado desde 2012.

#### **Resultado do Recredenciamento da Faculdade**

#### **Conceitos Obtidos na Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação**

Conceitos Obtidos na Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação nos últimos 4 anos

CURSO	CONCEITO		
	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3
	Docentes	Organização Didático-Pedagógica	Instalações Físicas
Direito	3	3	4

Fonte: MEC/INEP

#### **Resultado da Instituição no ENADE desde 2006**

Ano de Realização do ENADE	CURSO	Resultado Final
2006	Direito	4
2009	Direito	2
2012	Direito	3

### Resultado do IGC (ano 2013)

IES	CURSO	CONCEITO FINAL DO IGC
Faculdade de Direito de Ipatinga	Direito	3

Fonte: MEC/INEP

A IES vem trabalhando continuamente na melhoria das condições de ofertas de ensino. Neste sentido, vem promovendo debates, reuniões no NDE – Núcleo Docente Estruturante – de forma a compartilhar entre os docentes, os resultados e as ações a serem implementadas em decorrência dos resultados obtidos nos ciclos avaliativos do SINAES.

Algumas ações já foram implementadas, como:

- oferta de cursos de nivelamento para alunos com dificuldade de aprendizagem;
- cursos de extensão com temas que reforcem os conteúdos trabalhados no currículo do curso;
- análise e reformulação do PPC;
- estudo da evolução de desempenho dos professores a partir das avaliações docentes que acontecem em todos os semestres letivos;
- cobrança de conteúdos de conhecimento geral nos procedimentos avaliativos da IES, dentre outras.
- reformulação do NAJ,
- análise e reformulação do PDI,
- aplicação de simulados de ENADE, inclusive com cobrança de conteúdo de conhecimentos gerais.
- fortalecimento das atividades de Iniciação Científica e Extensão.

#### 4.1.1.3 – Projetos e processos de autoavaliação.

Historicamente a Avaliação Institucional tem sido objeto de discussões na Faculdade Direito de Ipatinga desde a sua criação. Em 2004, a Lei nº 10.861 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Naquele momento esta Faculdade, ainda supervisionada pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, passou a desenvolver ações experimentais de avaliação, inicialmente com a avaliação dos docentes em todos os semestres letivos, desde 2009.

Posteriormente o Decreto nº 5.773/2006, em seu Art. 58, descreveu: “A avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de desempenho acadêmico de seus estudantes será realizada no âmbito do SINAES, nos termos da legislação aplicável”.

Em 2007, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, em uma ação Direta de Inconstitucionalidade, a Fundação Presidente Antônio Carlos, mantenedora da Faculdade de Direito de Ipatinga e as demais fundações educacionais privadas de Minas Gerais passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino. Assim, foram tomadas as providências para a migração dessas IESs para o Ministério da Educação, a partir de janeiro de 2009, data do Edital de Migração publicado por aquele órgão federal.

Em 2010, após o término do processo de migração para o sistema Federal de Ensino, a Faculdade iniciou o seu 1º ciclo de Avaliação Institucional Interna, com a finalidade de cumprir as determinações legais, de atingir e demonstrar as condições para o seu reconhecimento no Ministério da Educação.

Com a implantação, nesse mesmo momento, do processo de (re)Planejamento da Faculdade, a Avaliação Institucional ficou definida como um dos seus Programas Estratégicos. Para a realização deste programa, a direção da Faculdade aprovou a Resolução nº 01/2010 que instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade, sendo designados os membros da referida Comissão por meio de Ato nº 01/2010 do Diretor Acadêmico-Pedagógico.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade teve então a incumbência de construir uma proposta inicial de Avaliação Institucional e de realizar a Autoavaliação preconizada pelo SINAES.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, a CPA da Faculdade realizou seu primeiro ciclo de Autoavaliação Institucional. As atividades da comissão foram bastante significativas, incluindo ações como:

- discussão de concepções e de alternativas de operacionalização da Avaliação Institucional;
- formalização de uma proposta de autoavaliação;
- produção de calendário (cronograma),
- realização de levantamentos de dados por meio de aplicação de vários instrumentos avaliativos;
- análise dos resultados levantados;
- construção de um diagnóstico e, a partir dele, proposição de metas e ações a serem apresentadas aos dirigentes da IES;
- apresentação dos resultados levantados à comunidade acadêmica e aos dirigentes da Faculdade.

Os resultados deste ciclo 2010/2012 renderam frutos significativos para a Faculdade: as ações realizadas mobilizaram a comunidade acadêmica que passou a enxergar a Avaliação Institucional como uma importante ferramenta de melhoria do ensino e da Faculdade como um todo. Além disso, as metas e ações traçadas a partir do diagnóstico dos resultados foram incorporadas ao PDI e, portanto, passíveis de serem alcançadas.

Nesse mesmo período (2010/2012), a CPA apresentou à comunidade acadêmica e aos dirigentes da Faculdade e inseriu no sistema e-MEC, nos prazos estipulados pelo INEP: Proposta de Autoavaliação Institucional; dois Relatórios Parciais contendo a descrição dos trabalhos avaliativos realizados em 2010 e em 2011; e Relatório Final, concluído em dezembro de 2012, encerrando assim o primeiro ciclo avaliativo interno.

A partir dos instrumentos utilizados para o levantamento de dados e de uma análise profunda dos dados coletados, a CPA elaborou um diagnóstico dos resultados e propôs à Direção um plano de ação com vistas a: solucionar ou minimizar os pontos fracos e as ameaças apontadas no diagnóstico; melhorar as atividades consideradas neutras; e fortalecer ainda mais os pontos fortes.

As metas e as ações propostas no plano de ação, contempladas no Relatório Final 2010/2012, foram assim realizadas e cumpridas: Avaliação / Planejamento /

Orçamento / Ação / Implementação. Tudo Isso confirma a importância da Autoavaliação Institucional na Faculdade, como ferramenta de gestão, na busca da qualidade de bons serviços prestados tanto a seus alunos, a seus funcionários e a seus professores, quanto à sociedade em que está inserida.

#### 4.1.1.4 – Divulgação e análise dos resultados da autoavaliação

Depois de realizada a avaliação institucional e compilado os seus resultados, a CPA da IES cuida da divulgação e análise dos resultados da autoavaliação.

Esta divulgação é feita por meio de reuniões da própria CPA, reuniões com os líderes de turma de cada turma da IES e por meio de Seminários, conforme se aponta abaixo:

EVENTOS	NÚMERO	DATA
Reuniões da CPA	2	1 vez por semestre
Seminários	2	1 vez por semestre
Reunião Líderes de Turma	2	1 vez por semestre

O que se percebe, por meio dos encontros acima, é que toda a comunidade acadêmica tem compreendido o papel e a importância que a CPA exerce na Instituição, o que a coloca como mais uma ferramenta de auxílio para a gestão institucional.

Abaixo, encontra-se as respostas aos principais itens desta etapa da avaliação institucional.

5) O processo de autoavaliação permite gerar juízos críticos sobre a instituição?

- Sim. A Avaliação Institucional permitirá a formação de juízos críticos sobre a IES, a partir dos seguintes passos:

1. Divulgação dos resultados gerais na unidade e no curso;

2. Retorno individual dos resultados, aos professores do curso, através de documento contendo a análise individual do desempenho (entregue pelo coordenador);
3. Reuniões com corpo administrativo;
4. Reuniões com corpo docente;
5. Informativo distribuído aos alunos quanto às melhorias efetivadas a partir da solicitação do corpo discente.

6) Há discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade?

- Sim. Primeiramente faz-se a divulgação dos resultados de forma geral, a discussão dos resultados é realizada por meio de seminários, reuniões.

#### 4.1.1.5 – Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos

Um dos objetivos da CPA da IES é servir de ferramenta para o desenvolvimento institucional, por meio de um plano de melhorias direcionado para a gestão institucional.

##### resultados das avaliações

DIMENSÃO	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEL	PRAZOS
3ª	Ampliar o número de empresas e instituições conveniadas para oferecer descontos e redução no valor mensal.	Ampliar o número de parcerias com as empresas da região	Diretoria Administrativa	Permanente
7ª	Melhorar a cantina	1. Promoveu-se uma reunião com os responsáveis pela cantina, informando-lhes os resultados encontrados durante a avaliação; 2. Foi dado um prazo para a solução das deficiências encontradas; 3. Estabeleceu-se um prazo para apresentação de resultados. 4. As mudanças necessárias foram feitas dentro do prazo estabelecido.	Diretoria Administrativa	Fevereiro 2012
7ª	Adequar a Infraestrutura do NAJ	Ampliar as instalações com a construção de novos ambientes para garantir melhor atendimento ao público	Diretoria Administrativa	Permanente
1ª	Garantir biblioteca com acervo quantitativo e qualitativo	Aquisição constante de livros indicados pelos professores e o PPC do curso, conforme planos de curso de cada disciplina.	Diretoria pedagógica	Permanente
7ª	Investir em segurança da IES e seu entorno	1. Controlar, efetivamente, a entrada e saída de pessoas no ambiente acadêmico, com utilização das catracas e identificação, inclusive dos visitantes. 2. Reuniões com representantes do 14º Batalhão de Polícia Militar, para ampliação no policiamento no entorno da IES, principalmente no horário noturno.	Diretoria Administrativa	Permanente
9ª	Acompanhamento de Egressos	1. Manter o Programa Para Sempre Fadipa, voltado à atualização e aperfeiçoamento profissional dos egressos. 2. Analisar os mecanismos para acompanhamento dos egressos. 3. Manter o cadastro específico de	Diretoria Pedagógica	Permanente

		egressos e sua atualização. 4. Manter o acompanhamento da vida profissional dos egressos. 5. Manter o Programa Fadipa Todos Na Ordem, que atualiza e qualifica o aluno para a segunda fase do Exame da Ordem, até ser aprovado.		
5ª	Docentes	Manter a qualificação e carga horária dos docentes	Diretoria pedagógica	Permanente
5ª	Docentes	Uniformizar os procedimentos avaliativos e programáticos dos docentes.	Diretoria Pedagógica e Coordenação	Permanente
2ª	Atualizar o Projeto Pedagógico	1. Atualizar o PPC do Curso de Direito, que recentemente sofreu alterações no instrumento avaliativo	Coordenadores do Curso	Realizada em fevereiro de 2013

#### 4.1.1.6 – Processos de gestão

A CPA tem auxiliado de forma gradativa e evolutiva nos processos de gestão institucional.

Auxilia inicialmente, cuidando de toda a formatação dos instrumentos que serão utilizados na IES para levantamento dos principais itens de interesse, de forma a seguir os parâmetros trazidos pelo CONAES

Como etapa seguinte, cuida de todos os procedimentos de compilação das informações levantadas, que culmina no relatório final e plano de ações, que são utilizados pela Direção, como uma ferramenta de balizamento de seus procedimentos, junto ao Mantenedor. Assim, percebe-se que os processos de gestão da IES guardam sintonia e conexão com as ações da gestão institucional.

Evidentemente que os processos de gestão sempre necessitam de uma evolução, mas a Direção e a CPA estão conseguindo avançar cada vez mais, perante toda a comunidade acadêmica. As ações realizadas mobilizaram a comunidade acadêmica que passou a enxergar a Avaliação Institucional como uma importante ferramenta de melhoria do ensino e da Faculdade como um todo. Além disso, as metas e ações traçadas a partir do diagnóstico dos resultados foram incorporadas ao PDI e, portanto, passíveis de serem alcançadas.

#### **4.1.1.7 – Demonstração de evolução institucional**

Durante todo o período de funcionamento da CPA, percebe-se que a IES tem conseguido uma boa evolução institucional.

A IES vem buscando aprimorar a qualidade da oferta educacional, seja mantendo uma constante reformulação do Projeto Pedagógico do Curso, seja qualificando o seu pessoal e melhorando a infraestrutura utilizada.

O norte sempre buscado é o parâmetro de qualidade determinado pelo SINAES, em conjunto com o INEP, traduzido nas diversas atualizações dos instrumentos avaliativos do curso de Direito, em tela.

Isto traduz na clareza e evolução do próprio sistema avaliativo educacional que hoje apresenta uma matriz mais uniforme e reflexiva da realidade educacional.

Em termos objetivos, as ações foram elencadas a seguir:

#### **Titulação e Regime de trabalho do NDE**

Conforme demonstrado anteriormente, o NDE do curso foi totalmente reestruturado e é atualmente composto por 6 membros, destes 100% mestres e doutores e 100% em regime de trabalho parcial e integral.

Desta forma, a IES atende integralmente as exigências de composição, constituição e regulamentação do NDE do seu curso de Direito, conforme determina a legislação aplicável ao caso, sendo que assim houve uma evolução em relação à última avaliação.

O NDE do curso de Direito, participa efetivamente da reelaboração do Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos; participa ativamente da construção do perfil profissional do egresso do curso; participa da revisão e atualização periódica do projeto pedagógico do curso para análise e aprovação do colegiado de curso; supervisiona as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo colegiado; analisa e avalia os planos de ensino dos

componentes curriculares; promove a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico; acompanha as atividades do corpo docente, encaminhando ao colegiado de curso sugestões para contratação e/ou substituição de docentes, quando necessário; planeja e acompanha as atividades complementares e de extensão executadas pelo curso e produz trabalhos científicos de interesse do curso. Além disso, acompanha os processos de avaliação interna e externa do curso.

### **Titulação, formação e experiência do Coordenador**

A Coordenadora dedica 40 horas semanais exclusivamente à Coordenação de Curso.

A coordenadora do curso tem consciência de que não deve atuar somente como gestor de recursos e articulador, mas também como gestor de potencialidades e oportunidades internas e externas. Portanto, ela é a primeira a favorecer e programar mudanças que aumentem a qualidade do aprendizado contínuo pelo fortalecimento da crítica e da criatividade de todas as pessoas envolvidas no processo, ou seja, alunos, docentes, funcionários, corpo administrativo, corpo financeiro, entre outros. Cabe a ela, também, incentivar a produção de conhecimentos, nesse cenário global de intensas mudanças e incentivar a comunidade acadêmica a delinear e executar ações solidárias que concretizem valores de responsabilidade social, justiça e ética. Da coordenadora espera-se o desenvolvimento de várias atividades capazes de articular todos os setores e fortalecer a coalizão do trabalho em conjunto, para incrementar a qualidade, legitimidade e competitividade do curso, tornando-o um centro de eficiência, eficácia e efetividade rumo à busca da excelência. De acordo com o Regimento, cabe a coordenadora, como presidente do Colegiado do curso: participar, com direito a voz e voto, das reuniões do Comitê de Gestão da Faculdade; representar o Colegiado junto à Direção e ao Comitê de Gestão da Faculdade; executar e fazer executar as decisões do Comitê de Gestão e da Diretoria da Faculdade aplicáveis ao Colegiado; orientar, coordenar e fiscalizar todas as atividades de ensino e extensão, no âmbito do Colegiado; designar o secretário para cada reunião do Colegiado; cooperar com os demais Colegiados de Curso da Faculdade na organização, orientação e fiscalização das atividades de ensino e extensão de interesse comum; exercer, no âmbito do Colegiado, a ação disciplinar e exercer as demais atribuições que lhe

sejam próprias. Em especial no curso de Direito, compete ainda ao Coordenador de curso: articular-se com instituições públicas e privadas a fim de estabelecer parcerias para criar oportunidades de aprofundamento teórico e prático na área da produção; envolver o coletivo acadêmico na construção e implementação de ações pedagógicas, com vistas a oportunizar espaços para atividades de extensão e enriquecimento curricular; promover a integração do curso de Direito com os outros cursos da Faculdade. Os discentes têm acesso direto à coordenação do curso em seus horários de atendimento aos alunos.

A Coordenadora possui plena gestão do curso, com excelentes avaliações do meio discente, docente e corpo técnico da IES, possui graduação em Letras/Inglês pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caratinga (1971), graduação em Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce(1985) e mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho (2005). Tem experiência na área da educação e na área do Direito.

É Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Ipatinga desde 1999, instituição onde também foi docente de 2000 a 2002.

Desta forma, o coordenador do curso possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, superior a 14 anos.

### **Titulação, Regime de Trabalho e experiência profissional e de docência do Corpo Docente**

Os professores do curso estão em constante processo de atualização e formação a título de especialização.

Comparado os índices abaixo traduzem de forma a melhoria havida em termos de titulação e regime de trabalho dos docentes.

<b>TITULAÇÃO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>ESPECIALISTAS</b>	40%	32%
<b>MESTRES</b>	34%	39%
<b>DOCTORES</b>	26%	29%

Esta mesma evolução se deu no tocante ao regime de trabalho dos professores. Em 2013, 61 % (sessenta e um por cento) dos docentes eram horistas e atualmente possui 82% (oitenta e dois por cento) enquadrados em regime de trabalho parcial e integral.

<b>REGIME DE TRABALHO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>HORISTAS</b>	61%	18%
<b>PARCIAIS</b>	14%	70%
<b>INTEGRAIS</b>	9%	12%

**Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de conciliação, mediação e arbitragem.**

A criação do NAJ da FADIPA baseou-se no art. 10 da Portaria n. 1.886, de 30 de dezembro de 1994 – Ministério da Educação e do Desporto. A partir de então, tornou-se obrigatório promover, nas próprias instituições de ensino superior, a prática jurídica, nas modalidades real e simulada, capacitando o egresso das mesmas ao efetivo exercício profissional, na medida em que, antes de ser lançado ao mercado de trabalho, quando ainda “protegido” pela existência de professores orientadores e pela estrutura formal da academia, o aluno trava contato com a realidade das demandas jurídicas. Dessa forma, nenhum aluno se formaria sem ter, de verdade, conhecido as alegrias e dificuldades da profissão escolhida.

Implementada a portaria, toda IES que possuía um curso de Direito deveria se encarregar de constituir o seu Núcleo de Prática Jurídica, dotando-o da estrutura física e operacional adequada, munindo-o de professores orientadores e de um corpo de estagiários, com que se possa desenvolver trabalhos de ensino e extensão, visando particularmente à prestação de assistência jurídica e judiciária gratuita à população necessitada. Com isso, a academia cumpre o seu dever de prestar serviços concretos para a comunidade em cujo seio se encontra instalada.

Ao ter que prestar trezentas e vinte horas, no mínimo, de carga horária obrigatória no núcleo de prática, em horário diverso ao das aulas teóricas, com aferição de frequência e avaliação de desempenho, o aluno se compromete por

cerca de quatro semestres a realizar as atividades de formação pessoal e assistência ao público, com o que, certamente, assegura a sua melhor preparação profissional, contribui para a fiscalização criteriosa dos serviços judiciários e auxiliares, bem como presta relevantes serviços comunitários, o que deve ser objetivo tanto da IES quanto, no plano ético, do próprio estudante.

Foi nesse sentido que se implantou o Núcleo de Assistência Judiciária na FADIPA, conformando-se ao aparelhamento físico-operacional da Instituição, tal como descrito adiante.

Além dessas atividades, desde 2012, a Faculdade disponibiliza para seus docentes e discentes uma nova ferramenta em Tecnologia da Informação que, entre outras facilidades:

- I. Possibilita que as atividades previstas e programadas pelos docentes sejam disponibilizadas, via Portal, com antecedência, de forma a otimizar os encontros entre docentes e discentes;
- II. Possibilita que as atividades trabalhadas fiquem a disposição dos alunos durante todo o curso podendo ser revistas a qualquer momento;
- III. Permite a inclusão de instrumentos diversos de aprendizagem tais como artigos, links, vídeos, filmes, grupos de discussão;
- IV. Facilita o desenvolvimento da autoaprendizagem;
- V. Permite o acompanhamento, pela coordenação de curso, de todas as atividades programadas e executadas;
- VI. Possibilita atividades de recuperação de estudos e de nivelamento; e
- VII. Possibilita o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos docentes.

Este Portal Educacional é utilizado obrigatoriamente para todos os alunos matriculados atualmente no Estágio Supervisionado, e nele são desenvolvidas as atividades teóricas e práticas de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Núcleo de Prática Jurídica.

#### Da prática de atividade jurídica simulada

As atividades do NAJ contam com um programa regular de atividade jurídica simulada, dentro das disciplinas Prática Forense I a IV.

Esse programa consiste na feitura de peças processuais, acompanhamento processual, bem como na simulação de audiências cíveis, penais e trabalhistas, inclusive no tocante à prática da conciliação, mediação e arbitragem como solução dos conflitos. Participam da simulação alunos integrantes do sétimo período do Curso de Direito, divididos em grupos, que, mediante a apresentação de casos simulados pelos professores-orientadores, atuam como partes integrantes da relação processual e na qualidade de julgadores.

O programa tem por escopo ensinar aos alunos do Curso de Direito a prática processual da advocacia, envolvendo o acompanhamento processual, a feitura de peças (petição inicial, contestação, recursos, e etc), o exercício da oratória, a postura em audiência, enfim, propiciando ao educando amplos conhecimentos sobre os aspectos técnico-processuais.

Prática de atividades de conciliação, negociação, mediação e arbitragem:

Os estagiários são instruídos para, no atendimento aos clientes, sempre que possível, buscar a conciliação como primeiro meio alternativo de solução dos conflitos, valendo-se da prática da mediação. Tal atividade enseja nos alunos o espírito conciliador, propiciando-lhes conhecimentos no trato com os clientes, buscando, dessa forma, solução para os conflitos apresentados mediante a aplicação de conhecimentos jurídicos sob a supervisão e avaliação dos professores orientadores.

As atividades de Conciliação, Mediação e Arbitragem são trabalhadas da seguinte forma:

- 1) Conciliação: Ao NPJ/NAJ abriga também o NAJ CONCILIAÇÃO, que consiste na realização do Projeto do TJMG conveniado com a FADIPA “Conciliar é legal e faz bem”. Serão passíveis de atendimento todos os casos em que a competência absoluta não seja de outros órgãos da justiça ou que não haja impossibilidade pela falta de jurisdição necessária ao caso. Sendo assim, não serão atendidos no NAJ Conciliação: 1. Qualquer caso envolvendo relação de trabalho; 2. Divórcio; 3. Ações criminais; 4. Casos contra órgãos públicos (exceto obrigação de fazer); 5. Aposentadoria/benefício do INSS; 6. FGTS. Os impedidos farão

obrigatoriamente esta modalidade, podendo os demais optar por esta modalidade somente se sobrar vagas.

- 2) Mediação e Arbitragem: Os alunos trabalham os temas da Mediação e da Arbitragem por meio de atividades simuladas desenvolvidas no Portal Educacional, e também na disciplina Formas Alternativas de Soluções de Conflitos, no 10º período.

As atividades de Conciliação, Mediação e Arbitragem são obrigatórias para todos os alunos matriculados no NAJ, na proporção de 5 horas para cada atividade, no total de 15 horas, dentro das 80 horas obrigatórias semestrais.

O aluno deverá ainda fazer 12 relatórios de audiência por semestre, sendo 03 cíveis, 03 penais, 03 juizados especiais, 03 trabalhistas (disponíveis no site da FADIPA). Sendo assim, ao final do 10º período deverão ser entregues 48 relatórios de audiência que são obrigatórios para obtenção do diploma de conclusão do curso. Todos os documentos acima descritos deverão ser entregues ao final de cada período. O portfólio com todas as informações acima será entregue à secretaria da coordenação do NAJ mediante assinatura de recibo. Importante esclarecer que o portfólio será confeccionado com cópias dos certificados para cômputo de horas e relatórios de audiências originais.

### **Práticas Pedagógicas Inovadoras**

A vivência de políticas e práticas pedagógicas inovadoras na sala de aula é um dos desafios vigentes na formação inicial e continuada. A IES busca desenvolver métodos de educação capazes de aproveitar os recursos oferecidos pelas tecnologias existentes de informática e telecomunicações.

A Faculdade adota uma metodologia capaz de subsidiá-las – desde as mais simples até as mais sofisticadas – sempre focando o favorecimento do ensino-aprendizagem.

A principal proposta é a interdisciplinaridade na geração e transmissão do saber, que permite a articulação de conhecimentos e a flexibilidade de conteúdos curriculares, além de contribuir para a dinamização da aprendizagem. A Instituição promove a organização e a divulgação de atividades diversificadas, como semanas

de estudo, seminários, palestras, entre outras, ligadas às área do curso oferecido com o intuito de integrar a comunidade acadêmica e complementar a formação da mesma.

Contando com a experiência e a formação da equipe de professores, a Faculdade utiliza os enfoques acima somados às aulas tradicionais, visando alcançar um ambiente propício à autoaprendizagem. Isso inclui a adoção de uma metodologia pautada na articulação entre teoria e prática como forte aliada às atividades interdisciplinares especificadas a seguir:

- I. Atividades integradas entre os componentes do currículo básico e as metodologias correspondentes, integrando teoria e prática para melhor assimilação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.
- II. Leitura e discussão de estudos de casos nos quais os estudantes discutem temas inovadores e polêmicos presentes na literatura recomendada para o componente curricular;
- III. Aulas que simulam situações-problema, estimulando a análise e a síntese de pensamento;
- IV. Criação de projetos que envolvem o desenvolvimento dos conceitos, procedimentos e métodos pertinentes aos componentes curriculares da área técnica com visão da prática;
- V. Construção de vivências práticas, através de encenações que favorecem ao aluno refletir sobre a prática exercida pelos profissionais atualmente, dentro da graduação que se está cursando, contribuindo para a autonomia e responsabilidade crescente.
- VI. Seminários e semanas de estudos envolvendo palestras nas diferentes áreas dos cursos de graduação oferecidos pela Faculdade.
- VII. Visitas técnicas a empresas e organismos locais para verificar *in loco* situações que tenham estreita relação com o conhecimento adquirido em sala de aula;
- VIII. Elaboração dos relatórios das visitas realizadas.

## **Estratégias de Flexibilização**

A IES criou um canal de discussão dentro de seu NDE que trata das estratégias de flexibilização. Atualmente, as Atividades Complementares, previstas na organização curricular, constituem um espaço apropriado para que o aluno construa seu conhecimento de forma diferenciada.

Como Atividade Complementar estão previstas a participação do aluno em cursos, seminários, simpósios, conferências, componentes curriculares cursados sob a forma de disciplinas isoladas ofertadas por outras IES, projeto de extensão, monitoria, estudos dirigidos, etc.

Tópicos especiais e componentes curriculares optativos também compõem o rol de estratégias de flexibilização curricular, com a inclusão e revisão de novas disciplinas optativas.

Neste tópico, está prevista a disciplina de LIBRAS como componente curricular do curso de Direito.

## **Acompanhamento de Egressos**

A Faculdade de Direito de Ipatinga, em apoio a seus egressos desenvolve o Programa de Acompanhamento de Egressos - PAE, com o objetivo de os manterem atualizados, checando suas vivências no mercado de trabalho e suas dificuldades profissionais. Utilizando-se de modernas tecnologias de informação e comunicação oferecerá, através do *site* institucional, canal de comunicação direto com os seus ex-alunos. A intenção é que todos os egressos participem dessa interação, construindo um espaço de desenvolvimento profissional e de atualização científica.

Considerando a importância da opinião de formandos e ex-alunos para identificação das práticas de ensino e de extensão, bem como para perceber omissões e equívocos que estejam sendo cometidos, a Avaliação Institucional, realizada por esta Faculdade, em conformidade com a Lei n.10.861/2004, contempla em seus

instrumentos de avaliação espaço para manifestação dos egressos.

Esta pesquisa é um mecanismo que possibilita a avaliação contínua da Instituição oportunizando adicionalmente, a participação dos egressos em outras atividades oferecidas pela IES. Os resultados obtidos nessa pesquisa são utilizados no processo de avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos.

Toda a política de egressos da Faculdade está calcada na possibilidade de potencializar as competências e as habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional. A Instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colhe informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Encontra-se em andamento para, implantação até 2015, o processo de Avaliação Institucional *online* que ampliará a comunicação com os egressos da Faculdade, bem como o Programa de Acompanhamento do Egresso.

Os resultados apurados até o presente momento são positivos e estão pautados nas seguintes premissas:

- 1- **ENADE:** Os egressos da IES participaram do ENADE/2012 e, dentro da escala de 1 a 5, a IES obteve o resultado final 3, conforme se observa da tabela abaixo. Apesar do resultado positivo, que sinaliza um padrão satisfatório, a Coordenação e o NDE mantem um canal constante de discussão e análise da qualidade na oferta educacional.
- 2- **EXAME DE ORDEM:** Os egressos da IES vêm conseguindo manter uma média boa de aprovação nos Exames Unificados da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil- Em todos os Exames ocorridos desde a formatura da primeira turma da IES, houve aprovação de alunos, o que demonstra que o curso vem alcançando os seus objetivos propostos.
- 3- **ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS:** O resultado analisado dos questionários respondidos pelos Egressos é de que a maioria encontra-se

satisfeita com a metodologia de ensino, a infraestrutura ofertada e qualidade do curso de Direito da IES. Independentemente desta análise positiva, a Coordenação de Curso e o NDE estão sempre atentos a propostas de mudanças e melhoria do curso.

Isto sinaliza que a IES vem conseguindo agregar, como valor na formação, as seguintes habilidades e competências principais de acordo com a Resolução CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004:

- I. formação humanística, técnico-jurídica e prática, visando a adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- II. senso jurídico e ético-profissional associado à internalização de valores de responsabilidade social e de justiça, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas;
- III. capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;
- IV. capacidade para lidar com as situações conflituosas ou tomadas de decisão e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais, contribuindo para a libertação do homem e o aprimoramento da sociedade;
- V. capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- VI. capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional, utilizando a correta terminologia jurídica no equacionamento e proposta de soluções criativas para os problemas que lhe sejam apresentados;
- VII. consciência da necessidade de permanente atualização, como processo de educação ao longo da vida;
- VIII. competência para associar criticamente teoria e prática, pensando problemas técnicos sem desconsiderar o ético, refletindo sobre as teorias sem desconsiderar seus impactos no mundo da vida;
- IX. domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- X. leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.

## **A Transversalidade**

O currículo do curso Direito foi elaborado tendo como base a perspectiva apontada no Parecer CNE/CP nº 14/2012 segundo a qual:

o currículo institui e é instituído na prática social, que representa um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais, culturais, ambientais.

Nesta perspectiva o currículo representa, portanto, possibilidades de criação, organização e ampliação de experiências de aprendizagem que promovem o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos.

Os temas transversais oportunizam que a interdisciplinaridade aconteça no currículo dos cursos. Conforme consta do Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, aprovado em maio de 2012, a interdisciplinaridade se define como

[...] uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Alguns temas devido a sua complexidade e natureza diferente das áreas convencionais não podem ser tratados de forma isolada, não sendo suficiente a abordagem por apenas uma área do conhecimento. Esses temas normalmente tratam de questões sociais, de ampla abrangência.

E, são tratados de modo transversal, contínuo e permanente no currículo do curso de Direito os seguintes temas, dentre outros: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e em Direitos Humanos. O tema História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos são contemplados também de forma disciplinar, respectivamente, nos seguintes componentes Direitos Humanos e História do Direito. Além destas disciplinas estas temáticas são trabalhadas em atividades programadas dentro do Portal Educacional.

### **Acessibilidade**

A Faculdade vem executando ações que permitem a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos seus espaços, mobiliários, equipamentos e edificação, bem como dos sistemas e meios de comunicação e informação, para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, ou seja, PCD (pessoa com deficiência) e PNE (pessoa com necessidade especial).

A sua estrutura física é capaz de atender os portadores de deficiência e mobilidade reduzida, e além do suporte para a acessibilidade física, a IES trabalha também ações pedagógicas.

A IES desenvolve programa de nivelamento destinado, especialmente, aos alunos dos períodos iniciais do curso - As atividades de nivelamento, além de apresentarem-se como uma das frentes de apoio aos discentes constitui-se em atividades complementares inseridas no projeto pedagógico do Curso. São dirigidas aos alunos ingressantes na instituição e têm a finalidade de suprir dificuldades no manejo da Língua Portuguesa, especialmente no que se refere à redação e interpretação de texto. Estas atividades são ofertadas durante todos os semestres, aos sábados. Abre-se uma ou duas turmas cada uma, com carga horária de 20 horas aulas e assim, as turmas se sucedem durante o semestre. Outras situações de ensino-aprendizagem que exijam nivelamento também são resolvidas com atendimento aos sábados.

Como meio de propiciar o ingresso e a permanência do aluno na Faculdade de Direito de Ipatinga são oferecidos programas de financiamento estudantil como

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, o Crédito PRAVALER, bolsas pelo Programa Universidade para Todos - PROUNI e são concedidos descontos no programa Auxílio Parentesco que visa atender alunos do mesmo grupo familiar. As bolsas do Prouni são oferecidas de acordo com a legislação do Ministério da Educação, que regulamenta o programa, sendo oferecidas a estudantes brasileiros que não possuem curso superior e que preenchem os requisitos legais.

O Programa Auxílio Parentesco é um programa que concede desconto na mensalidade, quando há mais de um estudante do mesmo núcleo familiar matriculado na Instituição. O valor deste desconto é para cada membro do grupo familiar, sendo este entendido como o conjunto de pessoas que residem na mesma moradia, possuindo grau de parentesco como: pais, padrasto/madrasta, cônjuges, companheiros, filhos, enteados, irmãos, avós.

O Crédito Universitário PRAVALER, gerido pela empresa Ideal Invest, funciona como alternativa de pagamento para aqueles que querem ter um diploma de graduação, mas não têm condições de pagar a mensalidade integral. Trata-se de um financiamento onde o aluno parcela o valor das mensalidades do semestre e paga em um prazo maior. A expectativa da Ideal Invest e das Instituições de Educação Superior parceiras é de que o crédito universitário privado contribua tanto para atração de alunos para as faculdades, como para retenção dos estudantes já matriculados, pois pode minimizar a inadimplência e a evasão.

Com o Crédito Universitário PRAVALER, o aluno paga as mensalidades com mais facilidade. O aluno aprovado no programa parcela as mensalidades e paga em um prazo maior. As mensalidades em atraso na Faculdade também podem ser financiadas. Atualmente parcela-se o valor de até 05 (cinco) mensalidades atrasadas.

A Faculdade de Direito de Ipatinga está trabalhando no sentido de aperfeiçoar o atendimento ao Estudante. O suporte psicopedagógico é um serviço desenvolvido por profissionais especializados através do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Social. O objetivo do serviço proposto é responder,

individualmente ou em grupo, às demandas de Professores, Coordenadores e funcionários, a fim de promover a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais que contribuem para o processo de aprendizagem do aluno.

A Faculdade oferece, por meio de editais, como apoio aos seus discentes, bolsas para estágio, monitoria, iniciação científica e projetos de extensão. Na IES existe um DA devidamente constituído e atuante, além da participação do corpo discente nos órgãos coletivos, previstos em seu Regimento Interno, como Colegiado de Curso e Comitê de Gestão.

### **Biblioteca**

A IES mantém sua política permanente de aquisição e atualização de seu acervo bibliográfico, de forma a manter os índices de qualidade prevista nos instrumentos de avaliação externa, seja das referências básicas ou das complementares.

A Biblioteca da IES foi fundada em 1993, ocupa um espaço físico de 249,12m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta e nove metros quadrados e doze centímetros) e oferece um acervo adequado às necessidades do curso oferecido, composto por aproximadamente 11.544 (onze mil quinhentos e quarenta e quatro) materiais disponíveis em diversos formatos e está acessível aos alunos, professores e funcionários. Inclui-se a prestação de serviços atendimento também de usuários, consulta ao acervo, local e domiciliar, empréstimo, orientação de pesquisa e levantamento bibliográfico feitos pela bibliotecária.

Seus leitores potenciais são os alunos, ex-alunos formados na Instituição, professores e funcionários. A Biblioteca possui 1658 (mil, seiscentos e cinquenta e oito) leitores inscritos, é automatizada, proporcionando aos seus usuários meios de recuperação da informação desejada, com rapidez e eficiência. Promove a disseminação da informação, para tanto, conta com o sistema *Personal Home Library* (PHL) *on-line*, está totalmente informatizada e conectada à Internet.

A Biblioteca tem como objetivo facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para o uso do corpo docente como discente e técnico-administrativo, desenvolvendo assim, o hábito da leitura, capacidade de pesquisa, cultura e entretenimento.

A Biblioteca está em fase contínua de organização de forma a atender as atividades de “meios” (processos de tratamento da informação) e atividades “fins” (atendimento ao usuário). As competências da Biblioteca estão determinadas da seguinte forma:

- I. Aquisição do material bibliográfico necessário e adequado, organizá-lo e torná-lo acessível;
- II. Propiciar a utilização dos recursos informacionais existentes; e
- III. Viabilizar o acesso a outros sistemas e redes de informação.

### **Espaços Físicos**

A Faculdade sempre busca readequação e revitalização dos seus espaços físicos no sentido de oferecer à comunidade acadêmica uma infraestrutura física adequada para a realização das atividades de ensino-aprendizagem.

Há uma preocupação da Faculdade com a organização das instalações físicas existentes e suas condições (dimensão, iluminação, mobiliário, limpeza, ambientação climática e ruídos) com os equipamentos e serviços, como limpeza e organização, segurança patrimonial e atendimentos setoriais (Secretaria, Biblioteca, Laboratório de Informática entre outros), de modo a propiciar melhores condições para o desenvolvimento institucional, de atividades de ensino de graduação e pós-graduação.

#### **4.1.2. 8ª Dimensão: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional**

Aspectos avaliados nesta dimensão:

1) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

A Avaliação Institucional na faculdade tem como princípio a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que

signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e assim exige que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, ex-alunos e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a investigação científica e a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

Nessa linha de trabalho todos os segmentos, sem maioria absoluta de nenhum destes, se envolvem no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade, também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade. Assim, a Avaliação Institucional na Faculdade consiste em um processo permanente de elaboração, análise e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades, durante todo o seu desenvolvimento.

A CPA da Faculdade obedece a Regulamento próprio aprovado pelo Comitê de Gestão e sua composição garante a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, vedando a existência de maioria absoluta por parte de qualquer dos segmentos representados.

A Avaliação Institucional da Faculdade, desde sua criação, está fortalecida com a decisão política que a priorizará como forma de diagnóstico e garantia da qualidade em educação.

Este envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica na realização do que pressupõem os Projetos Pedagógicos dos Cursos e o Plano de Desenvolvimento Institucional, constitui-se em princípios para a qualidade em educação. A Faculdade assume o ritmo da transformação contínua, onde a preparação técnica e científica caminha junto com a reflexão cultural de forma criativa e profunda.

O Programa de Avaliação Institucional objetiva manter os diferentes setores de trabalho informados sobre as suas fortalezas e deficiências de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem correções dos desvios e carências e/ou manutenção do que se mostrou adequado, com vistas a rever e aperfeiçoar o seu Projeto Institucional.

A metodologia adotada para fins da Avaliação Institucional pode ser assim resumida: todos os segmentos, em igualdade de participação, se envolverão no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade, também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade. Assim, a Avaliação Institucional nesta Faculdade consistirá em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permitirá retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento e ocorrerá em dois momentos:

1. Avaliação do docente por disciplina (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
2. Avaliação Institucional Geral (de três em três anos, envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, coordenadores, diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso, representantes da sociedade civil organizada).

A partir de 2013, a coleta e análise de dados acontecerão a cada dois anos. A Avaliação para diagnóstico global será feita a partir da visão discente e docente, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência. Assim sendo, a Avaliação quer indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética;

compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

A cada período da avaliação, será organizada uma campanha motivadora para que os alunos, professores e funcionários respondam às pesquisas. A Comissão Própria de Avaliação organizará as campanhas de avaliação, com o auxílio do Diretor, Coordenador de Curso e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Cada aluno preencherá um documento contendo as questões referentes às disciplinas nas quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliação de todos os segmentos. A pesquisa na modalidade da amostragem terá como percentual representativo no mínimo 20% do número de alunos de cada classe. Estes alunos serão sorteados aleatoriamente buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

3) O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua? Existe relação entre a autoavaliação e o planejamento? Justifique.

- Sim. Os resultados da Avaliação Institucional serão validados estatisticamente, realizando o cruzamento dos dados coletados em diferentes segmentos, cuja finalidade é fornecer informações que subsidiarão as ações de melhoria pedagógico-administrativa. De posse dos resultados a CPA irá estudar, gerir e acompanhar as ações de melhoria cabíveis e esperadas. A partir dessas atividades da CPA, estabeleceram-se metas e ações que definem o trabalho a ser realizado.

4) Quais são os mecanismos para a realização dessas ações?

Consultas aos documentos (relatórios) da CPA que retratam e levantam a real situação da IES. A partir desta consulta aos relatórios, realizam-se reuniões e seminários com vista a estabelecer metas e ações para a melhoria da qualidade institucional em todos os seus aspectos.

## 4.2- EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

### 4.2.1 1ª DIMENSÃO: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

#### Aspectos avaliados nesta dimensão:

1) Finalidades, objetivos e compromissos da instituição explicitados nos documentos oficiais (PDI, PPC, Regimento).

As finalidades, os objetivos e os compromissos da IES estão explicitados nos documentos oficiais (PDI, PPC, Regimento) da IES.

Procedimentos:

- ✓ nomeação de um grupo de estudo formado pela direção da Faculdade e a coordenação da CPA;
- ✓ designação do grupo para estudo do PDI, dos PPC e do Regimento para verificação da existência de finalidades, objetivos e compromissos da IES neles indicados)
- ✓ O estudo deve verificar se, no PDI, nos PPC e no Regimento, há compatibilidade entre as finalidades, os objetivos e os compromissos da IES.

2) Há uma concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades? Listar os objetivos da IES e colocar abaixo de cada um as práticas pedagógicas e/ou administrativas relacionadas a ele.

Sim. A Faculdade procura concretizar as práticas pedagógicas e administrativas relacionadas aos objetivos da instituição.

#### I. Graduação

- Ampliar o número de alunos matriculados;

- A Faculdade procura ampliar o número de alunos matriculados, com uma entrada anual de 340 alunos em média.

▪ Melhorar e consolidar a qualidade das diversas atividades de ensino;

- A Faculdade possui um norte permanente de melhoria do ensino como: investimento em recursos didáticos; aquisição de mais livros para a biblioteca, incentivo à atualização dos professores, oferta de atividades extensionistas, melhoria do espaço físico e aumento da carga horária dos seus docentes.

▪ Melhorar os conceitos dos cursos no ENADE.

- Há uma preocupação constante com o nível de ensino oferecido, visando, além da formação profissional adequada, colocar no mercado egressos com condições de alcançar melhores resultados em exames de classes e em concursos. Também há uma preocupação com a melhoria do conceito no ENADE. Por isso, as matrizes e os planos de curso são objeto de revisão e atualização.

- A Faculdade possui um corpo docente atualizado e devidamente capacitado que possibilita o alcance desse quesito. Além disso, assina periódicos que auxiliam na divulgação aos alunos das técnicas mais modernas e facilitam a forma de aliar a teoria e a prática.

## II. Extensão

- Garantir a aprovação e execução de projetos de extensão.
- Fortalecer os programas e/ou ações institucionais nas áreas social, ambiental, cultural e esportiva.
- Incentivar projetos de educação continuada.
- Estimular a participação de alunos e professores em atividades extensionistas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais.
- Aperfeiçoar os sistemas de acompanhamento, avaliação e informação das atividades extensionistas para a comunidade interna e externa.
- Buscar a sustentabilidade financeira do setor.
- Buscar parcerias com escolas, prefeituras e outras instituições.

## III. Pós-graduação

- Estabelecer convênio, para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Buscar parcerias para a realização de cursos em áreas diversas para atendimento à demanda da comunidade.

#### IV. Profissionais qualificados

- Implantar ações para qualificação e formação continuada do corpo docente, gerencial e técnico-administrativo. Os profissionais estão em processo de qualificação e formação continua. A IES possui uma Revista Jurídica eletrônica com o objetivo de melhorar a produção acadêmica dos docentes.

#### V. Biblioteca

- Ampliar o espaço físico frente a novas necessidades. Periodicamente são adquiridas novas obras para compor e renovar o acervo existente, além da assinatura de periódicos e revistas específicas da área.
- Manter atualizados e renovados o acervo bibliográfico e as redes de informação da Biblioteca. A IES tem dotação financeira específica para aquisição do acervo e manutenção da rede de informação da biblioteca, via eletrônica.

#### VI. Infraestrutura física

- Investir na expansão e melhoria da infraestrutura física, de apoio e de laboratórios da Faculdade. Anualmente são feitas intervenções para melhoria do espaço físico e laboratórios específicos do curso.
- Garantir manutenção permanente da infraestrutura física da Faculdade, visando atender às necessidades dos cursos. A IES renovou o seu NPJ, trazendo-o para dentro da sua estrutura e aumentou o campo de atuação e atendimento existente. Com isto, esta importante atividade extensionista ganhou mais corpo e qualidade de atendimento para a comunidade envolvida.

#### VII. Educação à Distância

- Formular e implementar, após aprovação dos órgãos competentes, projetos de EaD para até 20% (vinte por cento) do tempo previsto de integralização do currículo dos cursos de graduação e de tecnologia superior reconhecidos na Faculdade. A

IES aguarda a concretização dos processos de reconhecimento para oferta de disciplinas à distância.

### VIII. Comunicação

- Aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa.
- Garantir o acesso dos alunos ao sistema de registro acadêmico para melhor acompanhamento de sua vida escolar.
- Incentivar a comunidade acadêmica a utilizar o *site* institucional como meio de informação e comunicação. Por meio do site é que se encontra o caminho eletrônico para acesso aos registros acadêmicos. Com isto, as informações são vistas e revistas, com maior facilidade.
  
- Manter permanente processo de atualização do *site* institucional, de forma a garantir um intercâmbio eficiente das informações necessárias ao cotidiano acadêmico. A Direção e a Coordenação de Curso atualizam constantemente as informações existentes no site da IES, facilitando o processo de comunicação.

### IX. Gestão

- Aperfeiçoar, racionalizar e modernizar o processo de planejamento e gestão institucional. A mantenedora oferta cursos e encontros com os responsáveis pela gestão institucional de forma a aperfeiçoar o processo de tomada de decisão da IES. Qualificar os dirigentes da Unidade. A IES por meio de sua mantenedora divulga cursos, realiza treinamentos e encontros com os órgãos superiores para melhorar a qualificação dos dirigentes da Unidade.

### X. Atendimento ao aluno

- Buscar parcerias para a ampliação da oferta de estágio remunerado para os alunos.
- Assegurar o funcionamento núcleo de atendimento psicopedagógico para os alunos.
- Manter os convênios com FIES e PROUNI para viabilizar o acesso de alunos carentes aos cursos. A IES mantém e oferta constantemente vagas para o PROUNI e o FIES.

- Buscar outras alternativas de financiamento estudantil. Na IES além das bolsas do FIES e Prouni há uma diversidade de bolsas que ajudam o aluno a manter os seus estudos, como por exemplo, monitorias, parentesco, pagamento antecipado, dentre outras.
- Empreender esforços para atendimento aos alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.
- Manter política eficaz de acompanhamento dos alunos matriculados na faculdade e de seus egressos.

#### XI. Avaliação Institucional

- Assegurar o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, considerando as exigências da legislação educacional pertinente. A CPA possui um Regulamento próprio aprovado pelos órgãos internos competentes, é atuante e possui um funcionamento regular, seguindo seus documentos constitutivos.
- Desenvolver a cultura de Avaliação Institucional. A IES trabalha no sentido de mostrar aos participantes do processo de avaliação a importância da existência da CPA de forma autônoma e permanente.
- Realizar periodicamente a Autoavaliação. A autoavaliação segue o procedimento previsto nos documentos constitutivos, com avaliação geral a cada 3 anos e avaliação dos docentes semestralmente
- Utilizar os resultados da Avaliação Institucional como ferramenta de gestão. Ao final do processo avaliativo, os relatórios produzidos serão entregues à Direção da IES de forma a balizar a tomada de decisão.

#### XII. Inserção Regional

- Criar e implantar novos cursos e/ou modalidades diversas de ensino que atendam às necessidades regionais.

#### XIII. Corpo docente

- Incentivar a participação do corpo docente em curso de aperfeiçoamento, especialização *Lato e Stricto Sensu*. Trata-se de uma conduta permanente da Direção e da Coordenação de Curso.
- Contratar professores qualificados e capacitados. A IES segue os parâmetros fixados pelo MEC como referencial para contratação de novos docentes.
- Manter Plano de Cargos e Salários que estimule o docente a ampliar sua titulação. A IES adota esta conduta.

3) Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.

- A IES procura atender o contexto social e econômico onde encontra-se inserida. A Faculdade de Direito de Ipatinga, manteve seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino e a extensão, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Ipatinga e região, neste seus 21 anos de funcionamento.

4) Articulação entre o PDI, o projeto pedagógico institucional (PPI) e o PPC no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

- Por decisão dos órgãos federais, o PPI agora integra o PDI, o que torna a articulação indispensável. O PDI está em fase de implementação e a gestão institucional é bem afinada com os objetivos e o perfil do egresso do curso de Direito, por se tratar do único curso em funcionamento. Isto facilita sobremaneira o sucesso e o empenho dos funcionários e comunidade acadêmica na missão traçada.

**4.2.2- 3ª DIMENSÃO: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.**

**Aspectos avaliados nesta dimensão:**

1) Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

- NPJ – Núcleo de Prática Jurídica, com atendimento gratuito à população carente.

- Seminário Jurídico, destinado para a comunidade jurídica de Ipatinga e região envolvendo temas jurídicos modernos e atuais.

Pelo NPJ, permite-se que a população da cidade de Ipatinga receba um atendimento jurídico gratuito, com o intuito primordial da conciliação. Desta forma, evita-se que o poder judiciário receba novas ações judiciais e no seu lugar promove-se a pacificação social, por vias alternativas de resolução de conflitos..

2) Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

Há parcerias com as seguintes instituições:

1- Prefeitura Municipal de Ipatinga

2- Câmara Municipal de Ipatinga

3- Polícia Militar

4- Fórum local

5- Defensoria Pública Local

6- Diversas empresas privadas

7- Vários escritórios de advocacias.

Nestes convênios, permitem-se a criação de vagas de estágio para alunos e fornece um primeiro contato dos alunos com o mercado de trabalho. Os estágios permitirão ainda o fortalecimento das práticas educacionais.

3) Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, etc.

Atividades desenvolvidas:

1- Cessão gratuita do espaço físico da IES “auditório” para realização de seminários e eventos.

2- Assistência jurídica gratuita à população carente.

4) Quais as ações desenvolvidas pela Faculdade no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários).

A instituição desenvolve inúmeras iniciativas de responsabilidade social. São elas:

a) Concessão de bolsas sociais (de estudo):desconto institucionais (pagamento antecipado, família, FIES, PROUNI, dentre outros)

b) Serviços sócio assistenciais: projetos de extensão envolvendo o núcleo social infantil, educacional, e idosos.

c) Assistência jurídica: atendimento gratuito da comunidade.

5) A instituição favorece a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais? Desenvolve estratégias para a intervenção destes nas aulas? Possui políticas de contratação de pessoal (docentes e técnico-administrativos) com necessidades especiais?

Sim. Para atender a essas especificidades, a IES se preocupa com o acesso de portadores de necessidades especiais, com o ingresso nos cursos e a sua permanência no mesmo até o término, tomando para isso medidas necessárias em cada caso.

Para as pessoas com deficiência visual, há previsão de dispositivos didáticos especiais como livros em Braille.

Para pessoas com deficiência auditiva, há previsão de contratação de intérpretes em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

No momento atual, não há na IES alunos com deficiências auditivas e visuais.

Na IES, há funcionários com deficiência motora dentro do quadro administrativo.

6) Existem ações que visem à promoção da cidadania e de atenção a setores sociais?

Sim. A cada ano, é organizado Seminário Jurídico com palestras sobre diversos temas atuais na área jurídica.

7) Existem políticas de formação de pesquisadores? De formação de docentes para educação básica e para educação superior?

Sim. Quanto à iniciação científica, há grupos de estudos orientados pelos professores da IES, envolvendo temas jurídicos modernos e atuais. Por meio destes grupos de estudos os alunos conseguem aprofundar os estudos e iniciar um contato com a iniciação científica que os têm auxiliado na elaboração do TCC.

Quanto à formação de professores, a FUPAC oferta, além dos cursos de graduação, os de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) voltados para a formação de docentes para a educação básica e para a educação superior. A oferta da pós-graduação está prevista no PDI da Unidade.

#### **Atendimentos e serviços prestados à comunidade acadêmica em 2014**

<b>Área / Tipo</b>	<b>Número</b>
Orientações ocorridas em 2014	502
Conciliações realizadas em 2014	45
Processos judiciais iniciados em 2014	257
Processos judiciais em andamento	352

#### **Atendimentos e serviços prestados à Comunidade Acadêmica em 2014**

<b>Área / Tipo</b>	<b>Número</b>
Nivelamento	375
Atendimento Psicopedagógico	38

#### **Convênios e cooperações 2014**

<b>NOME DO CONVENIADO</b>	<b>VIGÊNCIA</b>		<b>LOCALIDADE</b>
	<b>INICIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	
AAPEC – Associação de Assistência às Pessoas com Câncer	13/08/2009	Indeterminado	Iguaçu / Ipatinga

Anderson Fiedler Bremer (Escritório de advocacia)	04/02/2011	Indeterminado	Cidade Nobre / Ipatinga
ArcelorMittal	05/08/2010	Indeterminado	Belo Horizonte
Azzi & Gomes (Escritório de advocacia)	06/07/2010	29/08/2016	Cariru / Ipatinga
Câmara Municipal de Belo Oriente	30/03/2011	Indeterminado	Belo Oriente
Câmara Municipal de Ipatinga	11/07/2013	11/07/2015	Centro / Ipatinga
Cartório de Notas 2º Ofício de Ipatinga	14/05/2014	14/11/2014	Centro /Ipatinga
Cartório de Registros de Naque/MG	11/11/2013	Indeterminado	Naque
CEDEP – Centro de Desenvolvimento Profissional	23/05/2011	Indeterminado	Belo Horizonte
CENIBRA – Celulose Nipo- Brasileira S/A	21/02/2013	21/02/2015	Belo Oriente
CIEE – Centro de Integração de Empresa Escola	20/03/2000	Indeterminado	Belo Horizonte
DINAUTO	28/10/2009	28/10/2014	Iguaçu / Ipatinga
FACTUS – Assessoria Empresarial	07/10/2011	Indeterminado	Horto / Ipatinga
FEI - Fundação Educacional de Ipatinga	20/12/2005	Indeterminado	Veneza / Ipatinga
Gilson Alves Ramos (Escritório de advocacia)	06/08/2013	06/08/2015	Centro / Ipatinga
IBRAPP- Instituto Brasileiro de Políticas Públicas	23/04/2010	Indeterminado	São Luiz / Maranhão
Instituto ELO	02/03/2014	02/03/2019	Barro Preto/Belo Horizonte
Jeannete Marques Lage (Escritório de advocacia)	14/03/2012	Indeterminado	Centro / Ipatinga
Jornal Vale do Aço	10/10/2010	Indeterminado	Centro / Ipatinga
Kátia Regina Santana de Souza (Escritório de advocacia)	08/05/2013	Indeterminado	Iguaçu / Ipatinga
Liga de Desportos de Ipatinga	23/03/2011	Indeterminado	Centro / Ipatinga

Ministério da Fazenda	01/09/2011	01/09/2016	Centro / Ipatinga
Ministério Público do Trabalho	14/05/2012	14/05/2016	Coronel Fabriciano
Ministério Público Federal	30/07/2014	30/07/2017	Belo Horizonte
NAEMC – Núcleo Eclético Maria da Cruz	10/12/2013	Indeterminado	Vila Formosa / Ipatinga
Ney Campos (Escritório de advocacia)	12/08/2011	12/08/2016	Cidade Nobre / Ipatinga
NUBE – Núcleo Brasileiro de Estágios Ltda	23/05/2011	Indeterminado	Ipatinga
Nunes e Amaral (Escritório de advocacia)	01/02/2011	01/02/2016	Horto / Ipatinga
OAB/MG – 72ª Subseção	23/09/2011	Indeterminado	Centro / Ipatinga
Prefeitura Municipal de Antônio Dias	14/04/2014	14/04/2016	Antonio Dias
Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	02/05/2012	02/05/2016	Coronel Fabriciano
Prefeitura Municipal de Ipatinga	25/07/2013	25/07/2016	Centro / Ipatinga
Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata	20/05/2014	20/11/2014	São Domingos do Prata
Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso	17/02/2014	17/02/2017	Santana do Paraíso
Prefeitura Municipal de Sobrália	08/01/2013	Indeterminado	Sobrália
Prefeitura Municipal de Timóteo	13/08/2014	13/08/2015	Timóteo
Procuradoria – Geral de Justiça	05/08/2009	05/08/2014	Belo Horizonte
RSA - Rogério de Souza Assis (Escritório de advocacia)	30/07/2013	Indeterminado	Centro / Ipatinga
SAF Advogados Associados – (Escritório de advocacia)	12/08/2014	08/01/2015	Iguaçu / Ipatinga
Saliba e Saliba (Escritório de advocacia)	15/04/2012	Indeterminado	Centro / Ipatinga

Secretaria de Estado de Fazenda	13/12/2010	12/12/2015	Belo Horizonte
Sindicato do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Vale do Aço	13/08/2008	Indeterminado	Ipatinga
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	14/05/2010	12/05/2015	Belo Horizonte
Tribunal Regional do Trabalho	18/05/2011	18/05/2016	Belo Horizonte
Tribunal Regional Eleitoral	04/03/2013	Indeterminado	Belo Horizonte
UNIMED	16/10/2006	Indeterminado	Veneza / Ipatinga
USIMINAS	28/06/2011	Indeterminado	Horto / Ipatinga
Vitor Bizarro (Escritório de advocacia)	23/09/2011	23/09/2016	Iguaçu / Ipatinga

Fonte: NAJ

### **4.3- EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS**

**4.3.1- 2ª DIMENSÃO: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.**

**Aspectos avaliados nesta dimensão:**

#### **A. ENSINO**

1) Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (recursos ou meios de ensino, metodologias, planos de ensino e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.

A concepção de currículo e organização didático-pedagógica atende aos fins da instituição e às diretrizes curriculares. A IES buscou inovar nas práticas pedagógicas. A avaliação é feita utilizando diversos instrumentos.

2) Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.

Há várias disciplinas que são ministradas visando à prática. Há disciplinas que são extraclasse, por exemplo, o TCC que permite maior flexibilidade de tempo para execução.

3) Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.

Em linhas gerais, pode-se falar que os currículos atendem este item.

4) Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

*Melhoria do ensino:* contratação de novos professores e seminários de didática.

*Formação docente:* reuniões objetivando uma melhor qualificação a capacitação dos docentes, incentivo a formação acadêmica e publicações na Revista Jurídica da IES e outros.

*Apoio ao estudante:* Há financiamentos e facilidades financeiras para que os alunos possam se matricular na IES; bolsas de estudo para os 5 melhores alunos de cada turma, e o acompanhamento psicopedagógico e social.

*Interdisciplinaridade:* Existem iniciativas regulamentadas e seqüenciais.

*Inovações didático-pedagógicas:* Existem atividades implementadas, por exemplo, o Portal .

*Novas tecnologias:* prática online de busca de jurisprudência e confecção de peças, bem como acompanhamento de julgados. Portal FADIPA, com acesso rápido a todos os departamentos, sistema de notas e faltas, sistema de planos de curso e postagem de material na área do aluno, bem como troca de mensagens entre toda a comunidade acadêmica.

## **B. EXTENSÃO**

1) Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.

No PDI foram descritas 6 metas serem realizadas. Sendo elas:

- Garantir, anualmente, projetos aprovados e em execução;

Há na Faculdade alguns projetos em andamento que geram benefícios para a sociedade principalmente na área social.

- Fortalecer os programas institucionais nas áreas social, ambiental, cultural e esportiva;
- Incentivar projetos de educação continuada;
- Estimular a participação de alunos e professores em atividades extensionistas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais;
- Aperfeiçoar os sistemas de acompanhamento, avaliação e informação das atividades extensionistas para a comunidade interna e externa; e
- Buscar a sustentabilidade financeira do setor.

2) Articulação das atividades de extensão com o ensino e com as necessidades e demandas do entorno social.

Há atividades que estão sendo realizadas pelo curso e que atendem este quesito: NPJ e os projetos de extensão já citados. São atividades de ensino com caráter extensionista. No decorrer dos semestres as atividades extensionistas previstas estão sendo executadas.

3) Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Todas as atividades de extensão são planejadas contando com a participação dos alunos na sua execução. Desta forma, os alunos têm a possibilidade de contato com a comunidade na qual será inserido e participa ativamente da intervenção de forma a possibilitar haja um conhecimento mais aprofundamento da demanda social.

#### **Cursos de Graduação oferecidos pela Faculdade em 2013**

<b>1º semestre</b>	<b>2º semestre</b>
Direito	Direito

#### **Cursos de Graduação oferecidos pela Faculdade em 2014**

<b>1º semestre</b>	<b>2º semestre</b>
Direito	Direito

### Atividades de extensão em 2013

Atividade	Início	Término
Juizado Informal de Conciliação	2009	Em continuidade
Cartilha da Cidadania (Rotary Clube)	2010	Em andamento
Mutirões de Cidadania	2008	Em continuidade
Estágio/Assistência judiciária a pessoas de baixa renda	1997	Em continuidade
Educação Sem Limites: Direito de Todos	2011	Em continuidade
Projeto Rosângela Reis	2010	Em continuidade
Consep-Conselho Comunitário de Segurança Pública do Setor VII – 14º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais	2010	Em continuidade
Lions Clube- Ação Social	2010	Em continuidade
Direito e Cidadania: protagonismo estudantil	2011	Em Continuidade
Prática Real	2012	Em Continuidade

### Atividades de extensão em 2014

Atividade	Início	Término
Direito e Cidadania: protagonismo estudantil	2011	Em Continuidade
Mutirões da Cidadania.	2008	Em Continuidade
Prática Real	2012	Em Continuidade
Juizado Informal de Conciliação	2009	Em Continuidade
Cartilha da Cidadania	2010	Em Continuidade
Assistência Jurídica Itinerante às Comunidades Hipossuficientes	2011	Em Continuidade
Estágio/Assistência judiciária a pessoas de baixa renda	1997	Em continuidade
Consep-Conselho Comunitário de Segurança Pública do Setor VII – 14º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais	2010	Em continuidade

### 4.3.2- 4ª DIMENSÃO: A comunicação com a sociedade

#### Aspectos avaliados nesta dimensão:

1) Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.

Comunicação Interna: jornal e revista interna. Em relação aos fluxos internos entre os setores acadêmicos e administrativos, a IES trabalha com e-mails, *skype* e correspondências. Possui também um sistema informatizado para contato entre os setores técnico-administrativos. Utiliza o Portal Educacional como ferramenta de comunicação e concentração dos principais documentos normativos da IES.

Externa: são realizadas reportagens na mídia escrita e falada. As informações do site educacional são coerentes e atualizadas.

2) Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

Os alunos recomendam o curso para futuros ingressantes. Segundo levantamento de questionários, percebe-se que vários alunos procuram a IES por indicação de alunos em curso.

A IES possui uma política de acompanhamento de egresso regulamentada e formalizada por instrumentos claros. A Faculdade de Direito de Ipatinga, em apoio a seus egressos desenvolve o Programa de Acompanhamento de Egressos - PAE, com o objetivo de os manterem atualizados, checando suas vivências no mercado de trabalho e suas dificuldades profissionais. Utilizando-se de modernas tecnologias de informação e comunicação oferecerá, através do *site* institucional, canal de comunicação direto com os seus ex-alunos. A intenção é que todos os egressos participem dessa interação, construindo um espaço de desenvolvimento profissional e de atualização científica.

3) A comunicação da instituição é efetiva e comprometida com a missão da IES? Como se manifesta?

MISSÃO: *“Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País”.*

A IES busca uma inter-relação com a comunidade com o objetivo de alcançar a sua missão institucional que se define na formação de profissionais responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento da sua região.

A IES por meio das ações extensionistas permite que o alunado tenha um contato com a população da cidade, e desta forma conheça diretamente o grupo, o perfil e a realidade regional que será o meio onde ocorrerá o ingresso no mercado de trabalho.

4) A comunicação interna da instituição é frequente? Quais os canais de comunicação utilizados?

Revista publicada semestralmente, um sistema informatizado contendo: fale conosco, notícias atuais, Portal Educacional, clipping, publicações, e-mail, reuniões periódicas com a comunidade acadêmica e docentes.

5) Existe uma adequada comunicação entre os membros da instituição?

Sim, mas sempre em aperfeiçoamento. Nas atividades administrativas, além da comunicação impressa e e-mails utiliza-se o celular corporativo que facilita as comunicações internas entre os funcionários. Em relação ao corpo docente ocorrem as comunicações internas impressas, uso de e-mail, ofícios e reuniões periódicas com os órgãos regimentais.

6) Existe uma estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos?

Sim. A CPA está realizando este trabalho. Os resultados obtidos permitirão a avaliação de cumprimento das metas e objetivos e servirão para o estabelecimento de novas metas.

7) Há serviço de ouvidoria? Como funciona?

Sim. A Ouvidoria atua, principalmente, por meio do Ouvidor, além que possuir um espaço físico para realização dos atendimentos. Existe um fale conosco no site da IES que envia os e-mails para o Ouvidor. Há uma urna na entrada da IES que permite ao interessado encaminhar ao ouvidor qualquer demanda que possua.

#### **Ouvidoria 2013**

<b>ENTRADAS VIA DOCUMENTO ESCRITO</b>	<b>2013</b>
Crítica	3
Sugestão	4
Elogio	2
<b>ENTRADA VIA E-MAIL</b>	
Crítica	5
Sugestão	6
Elogio	2

#### **Ouvidoria 2014**

<b>ENTRADAS VIA DOCUMENTO ESCRITO</b>	<b>2014</b>
Crítica	8
Sugestão	7
Elogio	6
<b>ENTRADA VIA E-MAIL</b>	
Crítica	2
Sugestão	3
Elogio	7

### **4.3.3- 9ª Dimensão: Políticas de atendimento aos estudantes**

#### **Aspectos avaliados nesta dimensão:**

1) Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.

- Para esse fim, a Faculdade vem cumprindo o disposto na Lei 9394 de 20 /12/96 no seu Art. 44 que determina que a educação superior deverá abranger os seguintes cursos e programas:

II- de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.

Dentro dessa legalidade e considerando as alternativas atualmente disponibilizadas, o ingresso do aluno se dá pelo: Processo seletivo, PROUNI, transferência, obtenção de novo título.

Políticas de acesso e seleção. A IES adota o vestibular como entrada principal de novos alunos no curso de Direito.

Permanência dos estudantes. A IES possui várias modalidades de bolsas para ajuda e permanência do seu alunado.

Espaço de participação e de convivência

2) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

Ensino: os estágios curriculares obrigatórios são oferecidos nos cursos

Extensão: A indissociabilidade entre ensino e extensão é um dos princípios educacionais da Faculdade de Direito de Ipatinga (FADIPA) previsto no PDI. O trabalho conjunto de ensino e extensão ocorre através da relação entre Faculdade e comunidade e da utilização de metodologias participativas.

Avaliação institucional: há representantes do corpo discente na CPA e os demais alunos participam como atores da Avaliação Institucional respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade, também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade. Assim, a Avaliação Institucional na Faculdade consiste em um processo permanente de elaboração, análise e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades, durante todo o desenvolvimento.

Intercâmbio estudantil:

A Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC) desenvolve uma grande quantidade de oportunidades para a participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), extensão, avaliação institucional, e também em atividades de intercâmbio estudantil.

Especificamente nas atividades de intercâmbio estudantil, deve-se assinalar que elas se desenvolvem tanto no território brasileiro, por meio de convênio com IES e outros organismos, como no *exterior*.

#### *Intercâmbio no exterior*

- O processo de internacionalização das Faculdades mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC teve início no ano de 2002 com o objetivo de enriquecimento das atividades desenvolvidas, por meio do intercâmbio de alunos e professores.

Atualmente a FUPAC possui convênios com as seguintes instituições estrangeiras: State University of New York (SUNY), campus da University at Buffalo (UB); Universidad de Guadalajara e Universidad de Buenos Aires.

Os convênios permitem o trânsito de alunos e professores, a realização de seminários, workshops, seminários, congressos, palestras, aulas e visitas técnicas.

O convênio de maior volume de atividades é o mantido com a State University of New York (SUNY), campus da University at Buffalo (UB).

Por meio dele, todos os anos, realiza-se um programa de Visita Técnica e Intercâmbio em Saúde Pública e Reabilitação EUA-Brasil.

A UB envia comitiva de 12 pessoas composta de professores e alunos para ser anfitriã por faculdades mantidas pela FUPAC no mês de agosto de cada ano civil e a FUPAC envia sua comitiva equivalente em setembro para ser anfitriã pela UB.

Para composição da comitiva da FUPAC é realizada uma seleção dividida em duas etapas: uma avaliação escrita de conhecimentos específicos da área do aluno e uma entrevista onde se avalia o perfil do aluno, bem como domínio do inglês, que é pré-requisito para participação na comitiva. Os professores também participam de um processo seletivo para compor a comitiva.

Ao retornarem da visita técnica os alunos devem apresentar trabalhos como forma de multiplicação dos conhecimentos adquiridos e, como alternativa, para repor a(s) atividade(s) avaliativas que perderam. As duas instituições emitem certificados de participação para os estudantes e professores.

3) Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

É realizada uma análise através de relatórios expedidos pelo setor de Registro Acadêmico onde se verifica os números de evasão/abandono e posteriormente realiza-se um contato para verificar o motivo e possibilitar a resolução ou melhoria dos aspectos encontrados. Quanto ao tempo médio para conclusão do curso, foi verificado que ocorre dentro do prazo previsto. Através da avaliação docente que é aplicada semestralmente verifica-se a adequação relação professor/aluno visando assim, a melhoria das atividades educativas em todo ambiente acadêmico.

4) Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

- Há instrumentos no projeto de AI que avaliam o desempenho profissional dos Egressos. Os cursos de extensão e pós-graduação oferecidos são planejados em função da necessidade do mercado. A IES já implementou ações de acompanhamento de egressos.

5) Existem mecanismos de apoio acadêmico, compensação e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais?

- Sim. Há um acompanhamento psicopedagógico para os discentes, Programa de Nivelamento e monitorias.

6) Estão regulamentados os direitos e deveres dos estudantes? Como?

Sim. Consta no Regimento. O aluno recebe um “Manual do Aluno” no início do semestre constando todos os direitos, deveres e demais informações importantes da Instituição.

7) Quais as condições institucionais desenvolvidas no que diz respeito às questões burocráticas (matrículas, transferências, trancamento, cancelamento de matrícula e outros)?

As questões acima são regulamentadas e cumpridas em conformidade com o Regimento Interno e demais atos normativos da IES.

8) Há instâncias que forneçam bolsas de ensino e extensão? Quais? Quantidade de bolsas e tipos.

Sim. O NICE – Núcleo de Investigação científica e extensão promove projetos de Iniciação Científica em que os alunos envolvidos recebem bolsas, sendo duas bolsas para cada projeto. Núcleo de Assistência Judiciária abriga 3 (três) bolsistas em seus projetos de extensão, sobretudo para atuarem no Projeto de Conciliação. Os monitores também recebem bolsas.

9) Há políticas de incentivo para a criação de Empresa-Júnior, incubadoras? Descreva.

A IES não tem curso com objetivo de criar empresa-Júnior, ou incubadora.

## **EGRESSOS**

10) Inserção profissional dos egressos.

Através da Avaliação Institucional foi constatado que 80% dos egressos entrevistados conseguiram ingressar em atividade profissional referente ao curso.

11) Participação dos egressos na vida da Instituição.

Pelo Projeto Para Sempre Fadipa são oferecidos um encontro a cada trimestre, além de palestras, seminários e outros eventos no decorrer de cada semestre.

12) Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?

Sim. Na Avaliação Institucional que é aplicada a este público de 3 em 3 anos, no Projeto Para Sempre Fadipa e Sistema de Pesquisa. Considerando a importância da opinião de formandos e ex-alunos para identificação das práticas de ensino e de extensão, bem como para perceber omissões e equívocos que estejam sendo cometidos, é aplicado um sistema de pesquisa contemplando as seguintes categorias:

Avaliação dos componentes cursados e a relevância para a formação e atuação profissional;

Avaliação dos aspectos relacionados ao curso e à Instituição.

Sugestões de eventos que possam ser oferecidos pela Faculdade;

Curso de Extensão, Pós-Graduação ou Especialização.

13) Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?

Através da Avaliação Institucional aplicada aos egressos foi verificado que entre 70% a 80% dos egressos conseguiram ingressar em atividade profissional referente ao curso além da ascensão profissional e social.

14) Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?

Sim. A Faculdade de Direito de Ipatinga (FADIPA), em apoio a seus egressos, desenvolve o Projeto Para Sempre Fadipa, com o objetivo de os manterem atualizados, checando suas vivências no mercado de trabalho e suas dificuldades profissionais. Utilizando-se da comunicação através do site institucional os egressos participam dessa interação com a IES construindo um espaço de desenvolvimento profissional. São oferecidas palestras, cursos para Exame da OAB e outras atividades ao egresso, em caráter de continuidade. Os cursos de extensão, de capacitação, de atualização ou de pós-graduação que a IES oferece, próprio da IES, ou em convênio com outras instituições atendem aos egressos.

#### **Número de alunos matriculados, frequentes e desistentes por curso em 2013.**

Curso	1º sem/2013			2º sem/2013		
	Matriculados	Frequentes	Desistentes	Matriculados	Frequentes	Desistentes
Direito	1187	1164	108	1152	1138	113
TOTAL (soma de todos os cursos)	1187	1164	108	1152	1138	115

#### **Número de candidatos, ingressantes, alunos matriculados em 2013**

Alunos/candidatos	NÚMERO	
	2013 (1º sem)	2013 (2º sem)
Candidatos	370	248
Ingressantes no 1º período	172	100
Total de alunos matriculados (incluindo o 1º período).	1187	1152

#### **Número de alunos matriculados, frequentes e desistentes por curso em 2014.**

Curso	1º sem/2014			2º sem/2014		
	Matriculados	Frequentes	Desistentes	Matriculados	Frequentes	Desistentes
Direito	1235	1165	46	1197	1112	49
TOTAL (soma de todos os cursos)	1235	1165	46	1197	1112	49

### Número de candidatos, ingressantes, alunos matriculados em 2014

Alunos/candidatos	NÚMERO	
	2014(1º sem)	2014 (2º sem)
Candidatos	454	137
Ingressantes no 1º período	249	68
Total de alunos matriculados (incluindo o 1º período).	1235	1197

### Número médio de estudantes por turma em 2013

Curso	Média de Estudantes por Turma	
	2013 (1º sem)	2013 (2º sem)
Direito	40,9	42,7

### Número médio de estudantes por turma em 2014

Curso	Média de Estudantes por Turma	
	2014 (1º sem)	2014 (2º sem)
Direito	44,1	44,3

### Número de Estudantes com Bolsas de Estudo em 2013

Bolsas De Estuo e Financiamentos Educacionais	2013 (1º sem)	2013 (2º sem)
<b>FINANCIAMENTOS</b>		
FIES	25	21
Outros	3	46
<b>BOLSAS FILANTRÓPICAS</b>		
PROUNI	59	62
Outros	0	0
<b>BOLSAS INSTITUCIONAIS</b>		
FAMÍLIA	37	29
MONITORIA	4	4
Outros	504	499
<b>BOLSAS CONVENÇÃO COLETIVA</b>		
FUNCIONÁRIOS/FILHO DE FUNCIONÁRIO	70	63
PROFESSOR/FILHO E PROFESSOR	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>704</b>	<b>726</b>

### Número de Estudantes com Bolsas de Estudo em 2014

Bolsas De Estuo e Financiamentos Educacionais	2014 (1º sem)	2014 (2º sem)
<b>FINANCIAMENTOS</b>		
FIES	20	28
Outros	0	0
<b>BOLSAS FILANTRÓPICAS</b>		
PROUNI	47	48
Outros	0	0
<b>BOLSAS INSTITUCIONAIS</b>		
FAMÍLIA	33	26
MONITORIA	3	4
Outros	563	487
<b>BOLSAS CONVENÇÃO COLETIVA</b>		

FUNCIONÁRIOS/FILHO DE FUNCIONÁRIO	27	23
PROFESSOR/FILHO E PROFESSOR	15	14
<b>TOTAL</b>	<b>708</b>	<b>630</b>

Eventos realizados pela IES em 2013 e número de participação de docentes e discentes

Nome do Evento	Numero de participação de docentes	Numero de participação de discentes
Cominicação Verbal	2	160
Minicuros Reforma Eleitoral	1	60
Palestra Direito Penal Militar	4	120
Carreiras Jurídica	1	150
Direito Eleitoral	4	120
XIV Encontro do Seminário Juizado Especial e varas de Família	5	120

Eventos realizados pela IES em 2014 e número de participação de docentes e discentes

Nome do Evento	Numero de participação de docentes	Numero de participação de discentes
Seminário-A liberdade Religiosa na Constituição Federal 1988	3	320
Seminário Regional de Direito Constitucional	3	320
Seminário – A mídia e as comunicações de massa	4	245
II Simpósio de Psicologia Jurídica do Vale do Aço	2	320
Curso Cálculos Trabalhistas	2	60
Palestra – Marco Regulatório das ONGS	2	320
I Seminário de Direitos Humanos	1	318
Seminário Novo CPC	2	320
Palestra – Ciclo de Palestras de Direito Ambiental	1	310
Palestra – Comunicação Eficaz	2	300
Palestra – A Terceirização Ilícita como Meio de Precarização do Trabalho e a Ação Civil Pública como Instrumento de Restauração da Ordem Jurídica	1	240
Palestra – Desafios e Perspectivas da Segurança Pública no Vale do Aço	1	280
Juri Simulado	3	137

**Número de participação de docentes e discentes em eventos externos, em 2013**

Nome do Evento	Cidade	Professores	Alunos
Conhecendo o Judiciário	Ipatinga	5	120
Visita – Penitenciária Dênio Moreira	Ipaba	2	50
Visita – Justiça do Trabalho	Coronel Fabriciano	1	35
Seminário do Juizado Especial	Caratinga	10	80
Projeto: Mutirões de Cidadania	Ipatinga	10	240
Visito ao CERESP	Ipatinga	2	60

**Número de participação de docentes e discentes em eventos externos, em 2014**

Nome do Evento	Cidade	Professores	Alunos
Encontro Internacional de Segurança do paciente e Direito Médico	Ipatinga	1	90
XV Semana Jurídica da Universo Tema:” A Proteção dos Vulneráveis”	Belo Horizonte	1	-
Atendimento Jurídico e Saude	Ipatinga	3	15
Ação Cívico Social Fadipa e CONSEP	Ipatinga	3	20
Seminário do Juizado Especial na Lagoa Silvana	Caratinga	4	60
Visita Técnica - CERESP	Ipatinga	2	80
Visita –penitenciária Dênio Moreira de Carvalho	Ipaba	2	80
Visita Técnica - Secretaria Municipal de de Habitação	Ipatinga	1	40
Visita Técnica - Secretaria Municipal de Defesa Social	Ipatinga	1	40
Visita Técnica - Secretaria Municipal de Saúde	Ipatinga	1	35
Visita Técnica - CERESP	Timóteo	1	40
Visita Técnica - CERESP	Coronel Fabriciano	1	40
Visita Técnica – APAC Itaúna	Itaúna	1	40
Visita Técnica Assistida “ Parque Estadual da Serra do Caparaó”	Caparaó	1	40
Visita Técnica – Orientada “Parque Estadual do Rio Doce	Timóteo	1	40
Visita Técnica – Tribunal do Juri	Ipatinga	1	45
Visita Técnica – Justiça do Trabalho	Coronel Fabriciano	2	51
V- Congresso dos Procuradores do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte	1	-
VIII – Congresso Iberoamericano sobre Cooperación Judicial Madrid - España	Fábio Torres	1	-

## **Conhecendo o Egresso**

Toda a política de egressos da IES está calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

Assim, pretende-se lidar com as facilidades e dificuldades dos egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

O Programa de Acompanhamento de Egressos contribui no que se refere à compatibilidade entre o perfil do egresso definido no PDI e o que a realidade aponta como resultado da investigação, considerando a situação profissional, adequação da formação e interesses de educação continuada do egresso.

Os acadêmicos egressos, tradicionalmente, perdem vínculo com a instituição formadora, permanecendo sem acesso ao intercâmbio com seus antigos professores e especialistas em suas áreas de trabalho. A FADIPA possui um Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE, com o objetivo de os manterem atualizados, checando suas vivências no mercado de trabalho e suas dificuldades profissionais.

Utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação, a IES oferece, através do site institucional, consultas ao corpo docente e a outras áreas institucionais. A intenção é que todos os egressos participem dessa interação, construindo um espaço de desenvolvimento profissional e de atualização científica.

Considerando a importância da opinião de formandos e ex-alunos para identificação das práticas de ensino, de iniciação científica e de extensão, bem como para perceber omissões e equívocos que estejam sendo cometidos, é realizada uma pesquisa de satisfação do formando, que contempla as seguintes categorias:

I. Avaliação das disciplinas cursadas e a relevância para a formação e atuação profissional;

II. Avaliação, por parte do egresso, dos seguintes aspectos relacionados ao curso e à instituição:

- a) Laboratórios
- b) Coordenação
- c) Professores
- d) Biblioteca
- e) Sistema de avaliação
- f) Instalações
- g) Secretaria Acadêmica

III. Sugestão de eventos que possam ser oferecidos pela Faculdade;

IV. Cursos de Extensão, Pós-Graduação ou Especialização recomendados para serem oferecidos pela Faculdade.

Esta pesquisa é o mecanismo que possibilita a avaliação contínua da instituição, oportunizando adicionalmente a participação dos egressos em outras atividades oferecidas pela IES. Os resultados da pesquisa de satisfação são utilizados para manter em constante atividade os objetivos específicos do Programa de Acompanhamento de Egressos:

- I. Manter os registros atualizados de alunos egressos;
- II. Avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação respondida pelo formando;
- III. Acompanhar o desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- IV. Promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- V. Promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas aos profissionais formados pela instituição.

Toda a política de egressos a Faculdade está calcada na possibilidade de potencializar as competências e as habilidades em prol do desenvolvimento

qualitativo de sua oferta educacional. A instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colhe informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

## **4 – EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO**

### **4.4.1- 5ª Dimensão: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho**

#### **Aspectos avaliados nesta dimensão:**

1) Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

Existe um Plano de Carreira para os docentes e outro para os funcionários técnico-administrativos.

2) Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

A IES oferece Treinamento ao funcionários.

Seminário de didática.

-Treinamento interno – foi designado a funcionária do T.I. para treinar os docentes e a comunidade administrativa sobre as funcionalidades da ferramenta acadêmica Portal Educacional.

Fora o treinamento acima, percebe-se uma disposição da IES para oferta de outros treinamentos de acordo com a necessidade, que seguem os aspectos: movimentação de funcionários entre os diversos setores, novas ferramentas educacionais, novas competências exigidas pela nova função, desenvolvimento comportamental, reciclagem de conhecimento, novas tecnologias, etc.

3) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

A IES, através da sua CPA, está encarregada de realizar uma pesquisa sobre a relação interpessoal dos funcionários administrativos e docentes.

O levantamento é feito por meio de reunião individual, e em grupo, se necessário, com o relato e indicação de soluções para a Direção da IES.

4) O número de docentes e técnico-administrativos é suficiente para responder aos objetivos e funções da instituição?

Sim. A quantidade dos docentes está de acordo com os projetos dos cursos, as disciplinas são bem distribuídas para não sobrecarregar o professor. De igual forma, se dá com os técnico-administrativos que possuem correlação da qualificação com a atividade desenvolvida. A IES pretende progredir a carga horária de cada docente e de seus funcionários técnicos administrativo, de forma a permitir uma maior fidelidade e compromisso institucional.

5) Existem mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo?

Sim. O processo de Recrutamento e Seleção para o quadro Técnico-Administrativo pode acontecer através de seleção externa ou interna. A seleção interna dá oportunidade de promoção aos colaboradores de seus respectivos setores.

As fases de processo seletivo são:

- a) Triagem de currículos: os currículos são recebidos pelo site e via email.
- b) Prova técnica: é prevista, caso haja necessidade.
- c) Entrevista psicológica e técnica: a Direção realiza a primeira entrevista e convida demais responsáveis, se for o caso.
- d) Definição do candidato a ser contratado: utiliza currículo e entrevista como referencial.
- e) Exame médico: há empresa conveniada com a IES, para realização de exames médicos de praxe.
- f) Verificação de antecedentes e referências: se for o caso, por exemplo, para funcionários que cuidam da área financeira da IES.
- g) Entrega de documentação: usada para comprovação das experiências relatadas no currículo do pretendente.

h) Plano de Cargos e Salários: a IES possui um Plano de Cargos e Salários para o quadro Técnico-Administrativo que se encontra em fase de homologação perante o Ministério do Trabalho.

6) A experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional?

Sim. A IES procura selecionar profissionais que atendam os pré-requisitos de desempenho referentes ao cargo ocupado e que tenham condições de desenvolver a missão institucional.

#### Número total de docentes da graduação segundo a titulação em 2013

1º Semestre				2º semestre			
Especialistas	Mestres	Doutores	Total	Especialistas	Mestres	Doutores	Total
22	21	15	58	22	21	15	58

#### Número total de docentes da graduação segundo a titulação em 2014

1º Semestre				2º semestre			
Especialistas	Mestres	Doutores	Total	Especialistas	Mestres	Doutores	Total
16	19	14	49	16	19	14	49

#### Número percentual de docentes da graduação segundo a titulação em 2013

Nome do Curso	Especialista		Mestre		Doutor		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Direito	22	40	21	34	15	26	58	100

#### Número percentual de docentes da graduação segundo a titulação em 2014

Nome do Curso	Especialista		Mestre		Doutor		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Direito	16	32,6	19	38,8	14	28,6	49	100

#### Tempo de serviço do corpo docente na Faculdade, em 2013

Titulação	DURAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS								Total
	Menos de 2 anos		De 2 a 5 anos		De 6 a 10 anos		Acima de 10 anos		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Doutorado	-	-	14	24%	-	-	1	2%	15
Mestrado	-	-	2	3%	3	5%	16	28%	21
Especialista	3	5%	7	12%	3	5%	9	16%	22
Total	3	5%	23	39%	6	10%	26	46%	58

### Tempo de serviço do corpo docente na Faculdade, em 2014

Titulação	DURAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS								Total
	Menos de 2 anos		De 2 a 5 anos		De 6 a 10 anos		Acima de 10 anos		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Doutorado			12	25%	1	2%	1	2%	14
Mestrado			1	2%	5	10%	13	27%	19
Especialista	2	4%	3	6%	5	10%	6	12%	16
Total	2	4%	16	33%	11	22%	20	41%	49

### Publicações dos professores da graduação nos últimos 5 anos.

Tipo	Quantidade
Livros	49
Trabalhos completos em periódicos	288
Anais Completos	42
Outras publicações	148
Produção técnica	45

### Número de funcionários técnico-administrativos em 2013

Vínculo	Quantidade
Empregados	52
Menor aprendiz	02
<b>Total</b>	<b>54</b>

### Número de funcionários técnico-administrativos em 2014

Vínculo	Quantidade
Empregados	74
Menor aprendiz	2
Total	76

### Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos 2013

Grau de instrução	Quantidade
Educação Básica incompleta	11
Educação Básica completa	17
Educação Superior Incompleta	6
Educação Superior completa	9
Pós-Graduação (Especialização)	5
Mestrado	3
Doutorado	1
<b>Total</b>	<b>52</b>

### Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos em 2014

Grau de instrução	Quantidade
-------------------	------------

Educação Básica incompleta	15
Educação Básica completa	22
Educação Superior completa	19
Pós-Graduação (Especialização)	14
Mestrado	3
Doutorado	1
<b>Total</b>	<b>74</b>

**4.4.2- 6ª Dimensão: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.**

**Aspectos avaliados nesta dimensão:**

1) Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.

A IES possui o PDI que norteia as ações da Instituição. A Administração da IES compete aos seguintes órgãos: Comitê de Gestão, Colegiado de Curso, Coordenação, e órgão de apoio (secretaria, biblioteca). Cada órgão possui um livro de atas próprio, onde são lavradas as atas das reuniões feitas. Há independência entre os órgãos e autonomia das decisões. Há competência encontradas definidas no Regimento da IES. O Curso de Direito conta ainda com um NDE, com regulamento e livro de atas específicos.

2) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.

Os órgãos colegiados dos cursos são atuantes. Funcionam Comitê de Gestão, Colegiado de Curso, Coordenação e NDE.

3) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.

A tomada de decisões com base na gestão universitária está disciplinada no Regimento da IES que apresenta a organização administrativa e como ela se

organiza para alcançar as finalidades educativas da IES. Há título específico que apresenta a organização patrimonial e financeira da IES. Não há interferência da Mantenedora nas decisões institucionais da IES.

4) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.

Está sendo elaborado um relatório final da CPA com as deficiências e fortalezas da IES para medidas de saneamento ou manutenção, tais como melhoria do processo de comunicação. Este relatório servirá de fundamento para um plano de ações da Direção da IES em conjunto com a Mantenedora.

5) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática). Na área pedagógica ocorre de forma normativa por meio da representação dos atos nos órgãos colegiados próprios; e consensual, em reuniões pedagógicas. Nas questões que implicam despesas, a decisão é submetida à coordenação administrativa..

6) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).

Há investimento em publicações, e a comunicação por meio de informativos permitem a comunicação e circulação das informações.

7) Existem, na Instituição, procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são? Como funcionam?

Sim. A FUPAC dispõe de um conjunto de Ordens de Serviço e resoluções emanadas da Reitoria e/ou dos Colegiados Superiores que orientam e ajudam os dirigentes a tomar decisões.

O Estatuto e o Regimento descrevem as funções dos órgãos e sua vinculação/subordinação aos superiores.

8) Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da instituição?

Sim. A Faculdade possui um sistema de arquivo e registro que permite aos discentes, docentes e funcionários a solicitação de serviços, verificação de dados e visualização de informações importantes. Há dois sistemas efetivos: RM que cuida

da parte acadêmica e financeira de alunos e docentes e o Portal Educacional que cuida da parte educacional e normativa.

9) Existem instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)?

Sim. A Faculdade dispõe de uma estrutura hierárquica e funcional descrita no seu Regimento, os qual regula todas as atividades desenvolvidas pelos seus setores..

10) Os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição?

Sim. As normas que regem a organização dos colegiados de curso da Faculdade garantem a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Esses procedimentos são regulamentados e assegurados pelas normas institucionais. Os órgãos regimentais atuam em obediência aos princípios dessas normas internas e têm por base o Regimento.

#### **4.4.3. 10ª Dimensão: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.**

##### **Aspectos avaliados nesta dimensão:**

1) Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

A IES encontra-se sadia financeiramente, mantendo sua política de investimento dentro da realidade em que se encontra.

2) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino e extensão.

A IES arca com os projetos de ensino e de extensão realizados e aprovados pelo NDE do curso de Direito, seguindo o previsto no PDI.

3) As obrigações trabalhistas estão sendo cumpridas?

Sim. Todas obrigações trabalhistas estão sendo cumpridas bem como o plano de carreira.

4) Os salários dos docentes e dos técnico-administrativos estão sendo pagos regularmente?

Sim. Os salários são depositados na conta de cada funcionário dentro do prazo estabelecido pela legislação.

5) Compõe o orçamento a destinação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos?

Sim. A instituição, no que se refere a qualificação. Oferece bolsas nos programas de pós-graduação e graduação ofertadas por ela própria, ou em parceria com outras instituições. É incentivada, também, a participação dos docentes em atividade de extensão, eventos científicos e acadêmicos organizados pela Faculdade e por outras instituições.

## **4.5. EIXO 5 – INFRAESTRUTURA**

### **4.5.1. 7ª Dimensão: Infraestrutura física, especialmente a de ensino, biblioteca, recursos de informação e comunicação.**

#### **Aspectos avaliados nesta dimensão:**

1) Adequação da infraestrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Faculdade sempre busca readequação e revitalização dos seus espaços físicos no sentido de oferecer à comunidade acadêmica uma infraestrutura física adequada para a realização das atividades de ensino-aprendizagem.

Há uma preocupação da Faculdade com a organização das instalações físicas existentes e suas condições (dimensão, iluminação, mobiliário, limpeza, ambientação climática e ruídos) com os equipamentos e serviços, como limpeza e organização, segurança patrimonial e atendimentos setoriais (Secretaria, Biblioteca, Laboratório de Informática entre outros), de modo a propiciar melhores condições para o desenvolvimento institucional, de atividades de ensino de graduação e pós-graduação.

A Faculdade está situada na Rua João Patrício Araújo, 195, Bairro Veneza I, em Ipatinga/MG. O prédio é alugado, mas fora construído para atender todas as necessidades de uma IES, com rampa de acesso para deficiente físico, banheiros bem projetados e espaçosos e salas de aula grandes, arejadas e bem iluminadas. É dotado de três pavimentos.

2) Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.

A Direção da IES possui um canal aberto com o proprietário do imóvel o que facilita todas as obras destinadas a manutenção e conservação do prédio. A IES assim consegue manter uma atividade constante de atualização, segurança e adequação. Não há uma política específica de conservação, utilização do imóvel, por se tratar de uma IES com curso único.

3) Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

A IES disponibilizou uma sala de aula específica para realização de atividades simuladas de prática, a exemplo de uma sala de audiência judicial. Com isto, a IES dotou o curso com uma prática pedagógica diferenciada das salas de aula convencionais. Fora isto, utiliza de recursos tecnológicos para inovar no campo pedagógico.

4) Adequação dos laboratórios às necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes.

Por se tratar de um curso jurídico a IES adequou um espaço para o seu único laboratório: NPJ. O NPJ é dotado de 4 salas de atendimento (clientes) e duas salas para Coordenação e Estagiários. Possui 8 CP com rede sem fio e a cabo para conexão à internet e impressoras para impressão. Possui uma recepção dos clientes, com cadeiras de espera.

As atividades do NPJ contam com um programa regular de atividade jurídica real e simulada, dentro das disciplinas Prática Forense. O NPJ utiliza do Auditório da FADIPA para simulação de audiências e júris.

5) Estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes.

A IES possui uma política de aquisição, conservação dos livros da biblioteca. Por ser tratar de um único curso os recursos são suficientes para as aquisições de novas obras. Utiliza os referenciais de qualidade de MEC como parâmetro de análise. Para o NPJ foi feito um investimento inicial que aparenta suficiente para a sua utilização. Necessidades específicas de mudança são atendidas.

6) Adequação dos equipamentos dos laboratórios em quantidade e qualidade.

A IES utiliza os parâmetros de qualidade do MEC como marco para definição do investimento necessário para se alcançar a qualidade dos seus laboratórios. Os investimentos que se fazem necessários geralmente são alcançados, dentro da realidade institucional. Atualmente a IES está atendendo as exigências

7) Características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza.

O NPJ é dotado do aparato correto para iluminação, ventilação e mobiliário específico. O mesmo ocorre com a Biblioteca e o laboratório de informática. Não se visualiza deficiências na IES para este fim.

8) Número de cabines na biblioteca e salas de leitura e adequação quanto às necessidades dos usuários.

A IES possui 24 cabines para estudo individual, permitindo assim um estudo mais reservado, 4 salas de estudo em grupo, climatizadas, com capacidade média para 6 pessoas em cada uma delas. A capacidade total é de, aproximadamente, 18 lugares. Além de sala para leitura, climatizada, com iluminação adequada. É ocupada por 7 mesas com 21 cadeiras, proporcionando a estrutura adequada ao trabalho acadêmico.

9) Adequação dos horários e calendário da biblioteca quanto às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurnos e noturnos).

A Biblioteca dispõe de um espaço para Periódicos com livre acesso aos alunos com 03 terminais para consultas e ainda funcionários preparados para quaisquer

dúvidas. Os periódicos estão organizados por ordem de título e ano, facilitando assim a sua recuperação.

10) Quantidade e estado de conservação dos equipamentos da biblioteca.

A Biblioteca conta com um acervo de aproximadamente 11.812( onze mil oitocentos e doze) livros, 02 assinaturas de jornais, 20 assinaturas de periódicos. O acervo da Biblioteca é aberto. Para a facilidade de localização dos materiais, existe no balcão de atendimento 02 terminais de consulta ao acervo, e ainda funcionários no balcão, para esclarecimento de quaisquer dúvidas oportunas.

11) Disponibilidade dos materiais em relação à demanda.

A IES vem disponibilizando os materiais para atender as atividades dos acadêmicos. As compras são realizadas todos os semestres ou, dependendo do material, quando for necessário. A aquisição de materiais é feita a partir do pedido do responsável de cada setor institucional, mediante a aprovação do Diretor Administrativo da Faculdade que encaminha a solicitação ao setor de compras.

12) Disponibilidade da bibliografia obrigatória ou recomendada em relação à demanda.

A IES mantém três títulos como referencial básico de consulta e busca atender a média de 1 exemplar para até 8 alunos. Esta regra tem atendido a demanda do curso e a Biblioteca tem sido bem avaliada pelos alunos.

13) Grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta.

Os usuários da Biblioteca a avaliam positivamente o sistema PHL de gerenciamento para acesso *on line* do acervo, além dos empréstimos, renovação e reserva. Seus usuários potenciais são os alunos, ex-alunos formados na IES, professores, funcionários e ainda consulta local para os usuários da comunidade. A Biblioteca possui 1198 leitores inscritos, é automatizada, proporcionando aos seus usuários meios de recuperação da informação desejada, com rapidez e eficiência. É informatizada com o sistema PHL *on-line*, e ligada à Internet.

14) Satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia.

Os usuários da Biblioteca da IES a avaliam positivamente, no tocante a quantidade e qualidade do acervo. A média descrita acima é suficiente para uso regular e eficiente do acervo. Com isto, as edições são recentes e suficientes. Quanto à acessibilidade, a biblioteca fica no primeiro pavimento do prédio, não havendo a menor dificuldade para o seu acesso.

15) Satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da IES.

Os alunos e docentes avaliam bem o NPJ da IES por se tratar de uma estrutura planejada e a biblioteca após a avaliação foi constatado conceito de satisfação com uma média entre 4 (quatro) e 5 (cinco).

16) Procedimentos para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários.

A IES é dotada de toda estrutura básica para funcionamento regular. Percebe-se uma fácil proximidade da gestão da IES com a gestão do curso, o que ajuda no processo revisão e atualização das instalações e recursos necessários ao curso de Direito.

17) Suficiência da infraestrutura, as instalações e os recursos educativos.

O espaço físico se apresenta muito bem estruturado, organizado e adequado para o bom desenvolvimento das atividades institucionais. As salas de aula, salas de docentes, laboratórios, auditório, NAJ – Núcleo de Assistência Jurídica e demais instalações administrativas são amplas, bem dimensionadas, dotadas de boa iluminação, ventiladas e possuem mobiliário adequado. Todas as salas de aula possuem recursos multimídias, aparelhos de ar condicionado, internet wirelles. A secretaria e os setores administrativos encontram-se informatizados e integrados, permitindo aos alunos acesso aos registros acadêmicos e financeiros.

18) Adequação das instalações para os estudantes com necessidades especiais.

A instituição, atenta às demandas específicas das pessoas com necessidades especiais, promove atendimento específico a este público. Além da adequação do espaço físico e das instalações ajusta a matriz curricular do Projeto Pedagógico visando incluir o componente curricular Libras como optativo no curso de graduação conforme o previsto no Decreto nº 5.626/05. A atenção a esses estudantes desenvolve-se no sentido de atender as demandas de alunos com: deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva. Para tanto, disponibiliza, adequação e adaptação do acesso às dependências da Faculdade através de rampas incluindo

entradas principais, laboratórios, áreas de convivência, biblioteca, departamentos administrativos e demais instalações, vagas marcadas no estacionamento, sanitários masculino e feminino com portas adaptadas e barras de apoio apropriadas em dimensão e segurança, bebedouro, na medida em que receber alunos com outras necessidades especiais, computador com instalação de programa específico (Dosvox) que permite aos deficientes visuais o acesso à diversas tarefas e, no que tange às necessidades auditivas, o estabelecimento de convênios com instituições que possuem profissionais intérpretes da língua de sinais - Libras.

19) Descrição dos locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos.

A IES possui uma cantina a fim de servir de espaço de convivência para os alunos do curso. O curso possui um D.A que tem sala própria. Os docentes têm sala específica, com recurso de informática e banheiro privativo. Os funcionários possuem um espaço, dotado de fogão, geladeira, bancada e mesa própria para lanche e almoço.

20) O espaço é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas?

Sim. O espaço físico se apresenta muito bem estruturado, organizado e adequado para o bom desenvolvimento das atividades institucionais.

21) Quais são as características dos laboratórios e da(s) biblioteca(s) quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza?

O laboratório de informática e a Biblioteca são bem estruturados, dotados de boa iluminação, ventiladas contando também com aparelhos de ar condicionado, cobertos por assistência técnica. A mobília e a manutenção do ambiente em relação a limpeza e organização é adequada.

22) A organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados (Justifique)? São informatizados?

Sim. A Biblioteca possui acervo informatizado, as consultas ao acervo podem ser feitas por títulos, assuntos e autores na própria Biblioteca ou pelo site da Faculdade. O controle de quantidade e prazos de empréstimos é diferenciado por categorias de usuário. As renovações são feitas pelo próprio usuário através do acesso ao Catálogo On-line atendendo adequadamente a demanda.

23) A instituição possui, em seu quadro de pessoal, técnico-administrativos necessários para o uso e manutenção das instalações/infraestrutura? Justifique.

Sim. Dentro do corpo técnico administrativo existem funcionários específicos para a área de manutenção das instalações físicas.

**Número de Salas de Aula, Laboratórios e Salas Especiais\* em 2013**

Local	Total
Salas de Aula	28
Laboratórios específicos	01
Laboratórios de informática	01
Instalações administrativas	07
Salas de professores	01
Salas de reuniões	02
Gabinetes de trabalho	04
Auditórios	01
Instalações sanitárias	08
Áreas de convivência	03
Equipamentos de informática (e outros equipamentos, especificar)	Data show – 28 instalados em cada sala de aula Climatizadores: todas as instalações 70- computadores para uso no laboratório de Informática 2- televisores 2- aparelhos de DVD 40- computadores para uso dos departamentos administrativos e outras instalações 11- impressoras
Bibliotecas	01
Salas especiais*	-
Outros espaços	10

**Acervo - Total de Livros e Outros Acervos na Biblioteca em 2013**

Biblioteca	Livros	Periódicos	Outros	Total
	Títulos: 5666	Títulos: 24	Títulos: 124	5814
	Exemplares: 9798	Exemplares: 1372	Exemplos: 124	11294

**Total de Serviços Prestado na Biblioteca em 2013**

Biblioteca	Quantidade
Empréstimo na Biblioteca	35759
Empréstimo Interbibliotecário	-
Consultas de Periódicos	2361
Pesquisas realizadas em base de dados	-
<b>TOTAL</b>	<b>38120</b>

**Total de Serviços Prestados na Biblioteca em 2014**

Biblioteca	Quantidade
Empréstimo na Biblioteca	34983
Consultas de Periódicos	2514
Pesquisas realizadas em base de dados	-
<b>TOTAL</b>	<b>37497</b>

**Horários de funcionamento da Biblioteca**

Segunda a Sexta-feira	7h às 22h
Sábados	8h as 12h

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Comissão Própria de Avaliação realizou este trabalho de autoavaliação institucional visando oferecer subsídios à tomada de decisão e ao planejamento institucional, na busca de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

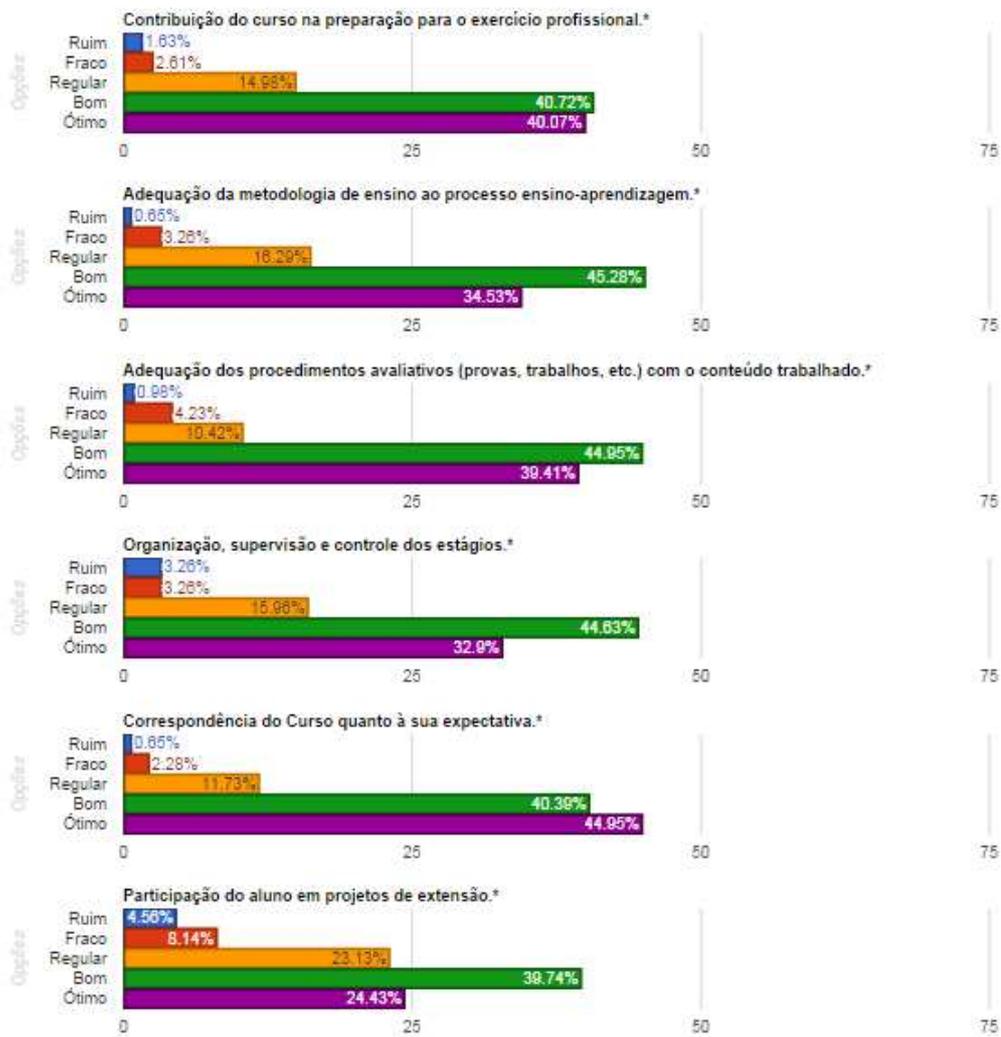
As atividades de avaliação devem estar incorporadas à rotina acadêmica da Faculdade na busca de apropriação dos resultados específicos e no debate sobre a instituição como um todo.

Os resultados aqui apresentados contemplam as dez dimensões da autoavaliação propostas na lei do SINAES e estão disponíveis a toda a comunidade acadêmica da Faculdade.

No ano de 2013, ao cumprir o cronograma, a CPA **finaliza** o relatório parcial e, em dezembro 2014, concluiu o ciclo avaliativo 2013/2014.

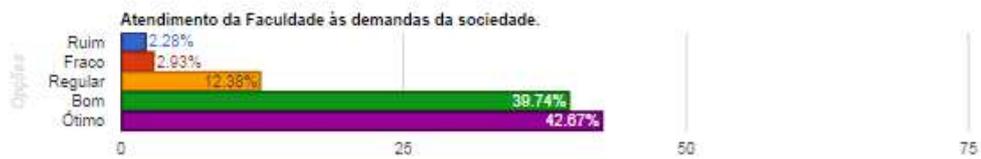
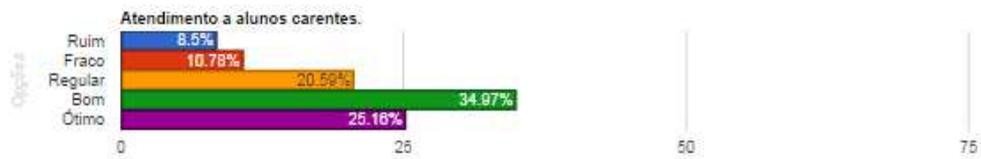
### **ANEXOS:**

#### **ANEXO I: Gráficos da avaliação on-line (questões objetivas)**



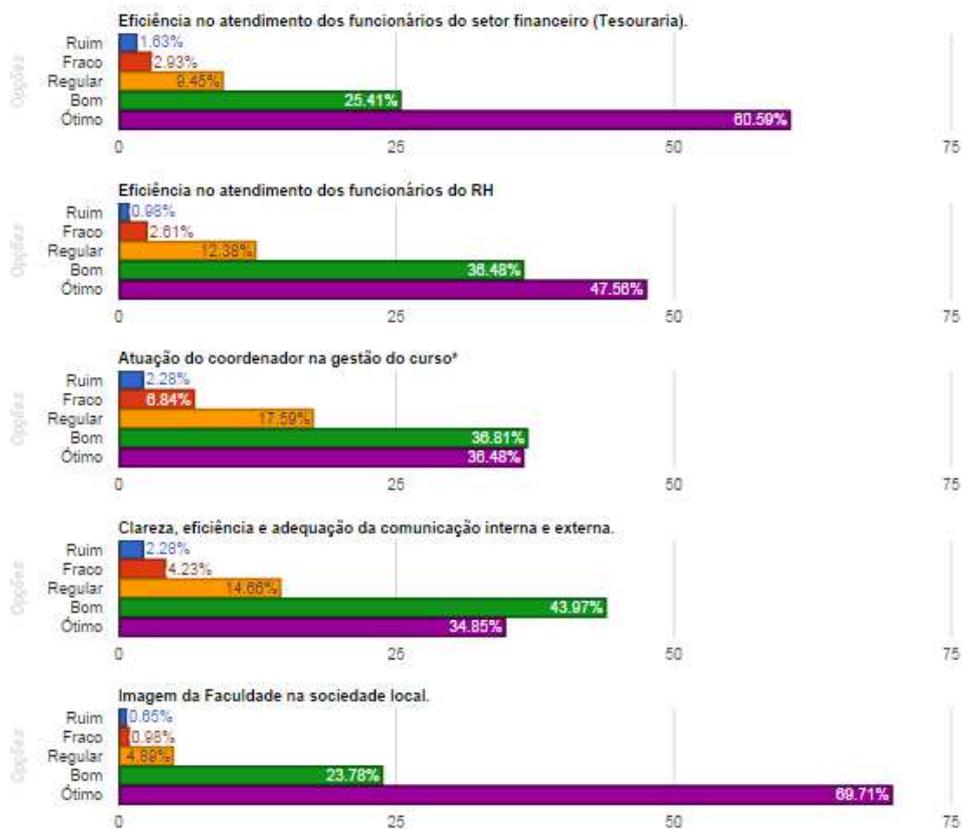


### 3ª Dimensão



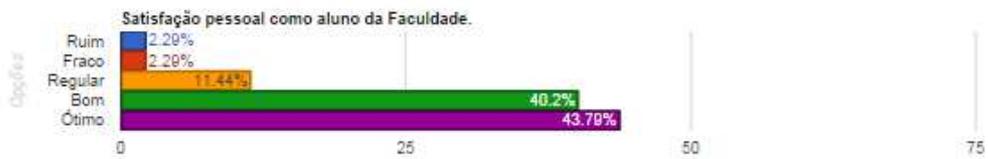
### 4ª Dimensão



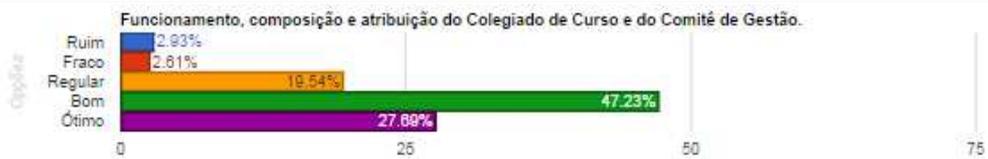


### 5ª Dimensão

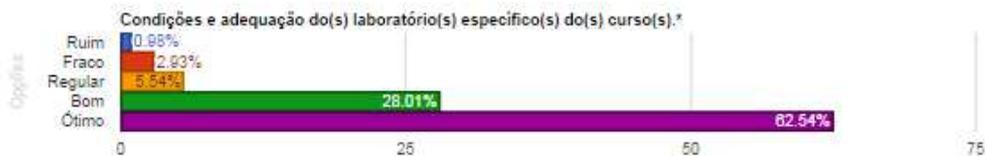
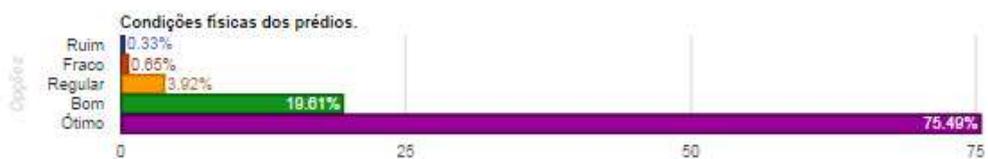


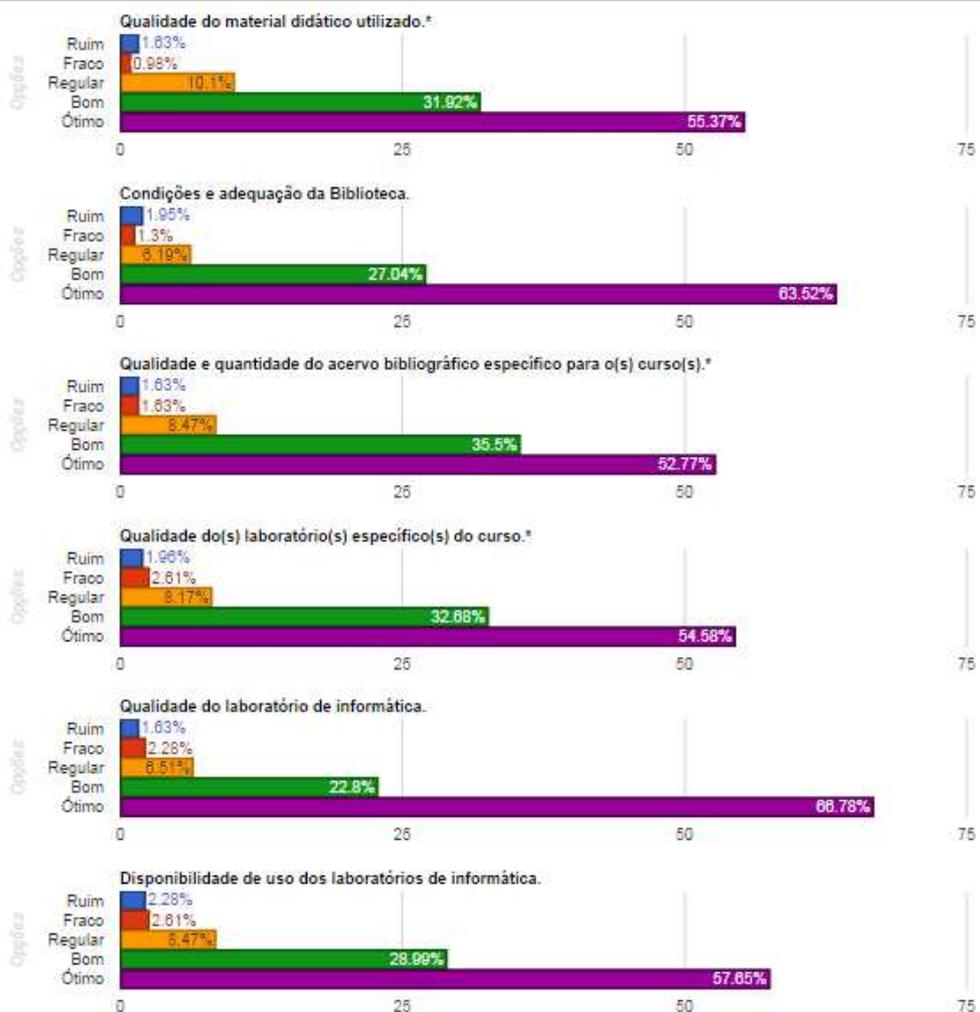


## 6ª Dimensão

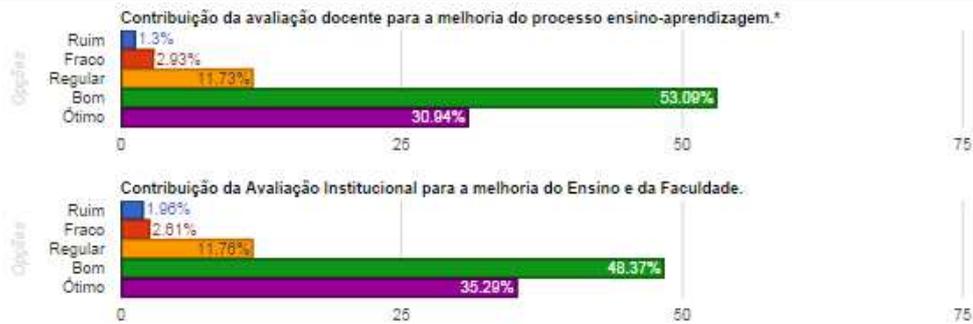


## 7ª Dimensão





## 8ª Dimensão



## 9ª Dimensão



## **Anexo II: Consolidação das Questões Abertas:**

No tocante às questões abertas, elas foram constituídas seguindo três perguntas:

- 1) Cite três aspectos positivos referentes ao seu curso e à Instituição.

O curso prepara os alunos para diversas áreas e cria boas possibilidades; ensino que prepara o aluno para prova Exame da Ordem (OAB) e concursos; instituição bem conceituada; incentivo de boas notas para fins de desconto; professores qualificados; bom atendimento da secretaria; disponibilidade de recursos didáticos; cordialidade dos funcionários; participação dos docentes nas decisões junto à instituição; comprometimento e seriedade com o ensino; ótima infraestrutura.

O NPJ nos proporciona a oportunidade de vivenciar, de praticar o que aprendemos em sala. A oportunidade de participar de cursos, palestras, convenções extraclasse. O Programa “Todos Na Ordem”.

- 2) Cite três aspectos negativos referentes ao seu curso e à Instituição

Alguns professores despreparados no aspecto didático; método avaliativo; falta de variedade na lanchonete e preços abusivos e comunicação interna deficiente.

- 3) - Segundo a sua visão, o que poderia ser feito para melhorar a qualidade do seu curso e da Instituição em geral?

Aumentar as atividades que visem horas complementares; aumentar atividades práticas; aprimorar a metodologia; trabalhar a didática de alguns professores; aperfeiçoamento do corpo docente; promover mais programas sociais junto à comunidade; modificar o método avaliativo; democratizar o relacionamento entre alunos e administração; manter acervo bibliográfico sempre atualizado; melhorar a comunicação.

## **ANEXO III: Diagnóstico**

Há várias atividades que merecem destaque no momento de desenvolver o plano de ação devido à necessidade observada no dia-a-dia pelos gestores da IES.

O diagnóstico desenvolvido a seguir baseou-se nas questões respondidas em cada dimensão, em indicadores institucionais e nas pesquisas quantitativas (questões objetivas e abertas) realizadas no neste ciclo de Autoavaliação.

A finalidade do diagnóstico (pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças) é servir de apoio para elaboração do plano de ação, o qual será um instrumento de planejamento para algumas atividades da IES e um compromisso de melhoria institucional.

A CPA procurou destacar no diagnóstico os pontos que foram julgados pertinentes devido às informações coletadas nos diversos instrumentos utilizados como análise da Faculdade. Estas informações também não refletem um consenso da comunidade acadêmica, são pontos muitas vezes observados por grupos de pessoas que se manifestaram através dos instrumentos avaliativos, tais informações passaram pelo filtro da CPA que as considerou importantes para a melhoria institucional.

Esta etapa, representada pelo diagnóstico, é antes de tudo um orientador dos destaques, pontos extremos, levantados nos diferentes instrumentos de autoavaliação institucional.

## **PONTOS FORTES**

Apoio ao Estudante:

Incentivos. A IES possui um programa de financiamento próprio, por meio de diversas modalidades de descontos que buscam alcançar um maior número de alunos, além de estar cadastrada no PROUNI e FIES do Governo Federal. Outras formas utilizadas de incentivo econômico são: desconto por pagamento antecipado, por parentesco, da Diretoria, premiação para os cinco melhores alunos de cada turma, dentre outros.

Curso:

Currículo. Pertinência do currículo (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.), as necessidades individuais, a flexibilização e a interdisciplinaridade.

Diversidade. Formação de recursos humanos nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade marianense.

Gestão. Os órgãos colegiados, em sua maioria, funcionam permitindo a participação e a democracia interna.

Programas sociais. A IES possui alguns programas que possibilitam que o aprendizado adquirido pelos discentes possa ser aplicado em benefício da sociedade através de serviços especializados. Essas atividades também despertam a comunidade acadêmica para a dimensão social e para o exercício comprometido e responsável da cidadania, assim como para a produção de bens que estejam à disposição de todos os cidadãos.

Reconhecimento: grande índice de aprovações em Concursos Públicos e nos exames da OAB. A IES é conceituada na região.

Docentes: Atualização. A IES possui um corpo docente atualizado que possibilita disponibilizar ao mercado, profissionais que tenham uma visão abrangente das mais modernas técnicas, aliando a teoria à prática.

Avaliação. Na avaliação Docente por Disciplina, houve demonstração de satisfação da grande maioria dos acadêmicos e do corpo docente.

Extensão. O curso na Faculdade atua interdisciplinarmente com ações extensionistas que buscam aproximar o IES da comunidade

Coordenação: Os alunos avaliam positivamente o trabalho da Coordenação de Curso, pela proximidade, transparência e gestão efetiva do curso.

Docentes: Percebe-se um grau de satisfação dos alunos com a maior parte dos docentes da IES

Infraestrutura:

Biblioteca. O acervo está sempre disponível aos estudantes.

Limpeza. Há investimento contínuo na limpeza das dependências da Faculdade.

Mantenedora. Esforços realizados pela Mantenedora visando melhorias da Faculdade, principalmente no tocante à disponibilização de verbas e contratação do corpo técnico-administrativo qualificado.

Institucional:

Divulgação. A IES possui revista onde divulga trabalhos da comunidade acadêmica. Há também reportagens que ocorrem na mídia impressa e falada sobre o cotidiano da IES, promovendo dessa forma a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da sociedade.

Parcerias. Existem parcerias com Instituições na área jurídica, para promover os atendimentos jurídicos. A parceria municipal

Política Institucional:

PNE (Portadores de Necessidades Especiais). A IES facilita o acesso de portadores de necessidades especiais ao ingresso no curso e a sua permanência no mesmo até o término: atende a legislação vigente em relação ao espaço físico. Há também uma política específica para contratação de pessoal.

Secretaria:

Apoio aos Docentes. Secretarias dos coordenadores e professores com bons profissionais.

Comunicação. Distribuição do Manual do Estudante e do Professor, com normas e informações da Faculdade.

## **PONTOS FRACOS**

Apoio ao Estudante. Ampliar o número de bolsas de programas como o FIES.

Política de Pessoal:

Docentes:

Seleção. Possível falha na seleção dos professores, alguns casos apontados pelos acadêmicos apresentando falta de coerência entre experiência profissional e conteúdo da disciplina.

Infraestrutura:

Melhorar a segurança. Na IES e ao redor da Faculdade.

Serviços Terceirizados: Cantina. Melhor opção e preço.

PDI: acompanhamento. A Instituição conta com a CPA como mecanismo para o acompanhamento da implantação do PDI.

Extensão. Pode-se ampliar o Núcleo de Extensão com a finalidade de aglutinar os projetos de extensão do curso de graduação, embora funcione adequadamente com a Coordenação adjunta.

Política Institucional:

Egressos. Ampliar os mecanismos de comunicação.

Qualificação. A IES possui programas de qualificação profissional para docentes e técnicos-administrativos.

## **SUGESTÕES DE MELHORIAS**

Visitas Técnicas. Incentivar e proporcionar visitas técnicas para os acadêmicos.

Docentes. Buscar melhorar a uniformização de procedimentos.

Extensão. Desenvolver mais trabalhos de extensão que sejam de interesse da comunidade e acarretem em desenvolvimento local.

Infraestrutura:

Ampliar o número de catracas.

Segurança. Melhorar a segurança em toda a faculdade com controle através de credenciais.

Institucional:

Parcerias. Ampliar o intercâmbio com outras IES, tanto nacional como estrangeiras.

Treinamentos. Fazer treinamentos periódicos para melhorar o atendimento.

## **ANEXO IV: Pesquisa com Egressos**

A pesquisa é o mecanismo que possibilita a avaliação contínua da instituição, oportunizando adicionalmente a participação dos egressos em outras atividades oferecidas pela IES. Os resultados da pesquisa de satisfação são utilizados para manter em constante atividade os objetivos específicos do Programa de Acompanhamento de Egressos:

- I. Manter os registros atualizados de alunos egressos;
- II. Avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação respondida pelo formando;
- III. Acompanhar o desenvolvimento profissional dos ex-alunos;

IV. Promover o intercâmbio entre ex-alunos;

V. Promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas aos profissionais formados pela instituição.

Toda a política de egressos a Faculdade está calcada na possibilidade de potencializar as competências e as habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional. A instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colhe informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

No último levantamento feito em 2012/2013, na IES, pode-se apurar:

Dos egressos consultados:

80% atuam na área em que se formou.

10% não conseguiram emprego .

7% conseguiram outra profissão mais rentável;

3% abandonaram, a área por identificar falta de vocação.

#### **Anexo V: Cronograma da Execução da Autoavaliação: Ciclo 2013/2014**

Março 2013 – Inserção do Relatório Final de Autoavaliação, ciclo 2010/2012, no sistema e-MEC.

Abril a junho 2013 – Realização da Meta-Avaliação referente ao ciclo avaliativo 2010/2012 por meio de reuniões, seminários, etc. Revisão e reformulação das questões a serem aplicadas na comunidade acadêmica. Revisão do Projeto de Avaliação Institucional Interna. Realização da Avaliação Docente referente ao 1º semestre de 2013.

Agosto e setembro/ 2013 – Sensibilização da Comunidade Acadêmica para a realização do ciclo avaliativo 2013/2014. Análise de documentos institucionais, incluindo o PDI, para levantamento de dados das dimensões, com ênfase no Eixo 1 proposto no Projeto de Autoavaliação.

Outubro a dezembro 2013 - Aplicação dos questionários on-line (questões objetivas e abertas) em toda comunidade acadêmica. Continuação da análise de documentos institucionais para levantamento de dados do Eixo 1. Realização da Avaliação

Docente referente ao 2º semestre de 2013. Revisão do Projeto de Autoavaliação de acordo com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa 2013 CONAES/INEP.

Fevereiro a março/2014 – Redação do Relatório Parcial ciclo 2013/2014. Inserção do relatório Parcial no sistema e-MEC.

Abril/2014 - Consolidação das questões on-line respondidas pela comunidade acadêmica no final de 2013. Análise dos resultados levantados. Validação da nova versão do Projeto de Autoavaliação pelo Comitê de Gestão. Início da pesquisa com egressos.

Maió a junho/2014 – Apresentação dos resultados parciais à comunidade acadêmica, por meio de reuniões, seminário e outros, e discussão dos mesmos. Realização da Avaliação Docente referente ao 1º semestre de 2014.

Agosto a outubro 2014 – Análise de documentos institucionais para levantamento de dados referentes às dimensões dos Eixos 2 a 5. Consolidação e análise dos dados levantados nas dimensões dos citados Eixos. Realização da Avaliação Docente referente ao 2º semestre de 2014.

Novembro e Dezembro: Consolidação e análise da pesquisa com egressos. Redação do Relatório Final. Apresentação do relatório final à administração da Faculdade e à comunidade acadêmica, por meio de reuniões e de seminário(s). Meta-Avaliação. Diagnóstico e proposição de metas e ações a partir dos resultados da Autoavaliação, ciclo 2013/2014

Fevereiro 2015 – Complementação e Revisão do Relatório Final.

Março 2015 – Inserção do Relatório Final no sistema e-MEC.